Telefonica

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Pregão Presencial Nº 19/2019 da Prefeitura do Município de Nossa Senhora do Socorro - Sergipe

Impugnante: Telefônica Brasil S/A.

PROTOCOLO GERAL
Governo Municipal de Nossa Senhora do Socorro
Recebido em: 18/09/19
Às: 3:45
Fis:

Ao (À) Sr.(a) Pregoeiro (a) da Prefeitura do Município de Nossa Senhora do Socorro - Sergipe

TELEFÔNICA BRASIL S/A., Companhia Aberta, com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº. 1376, Bairro Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04.571-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.558.157/0001-62, NIRE nº. 35.3.001.5881-4, vem, respeitosamente, perante V. Sa, apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL do PREGÃO em epígrafe, com sustentação no §2° do artigo 41 da Lei Federal n.º 8.666/1993, pelos fundamentos demonstrados nesta peça.

I - TEMPESTIVIDADE.

Inicialmente, comprova-se a tempestividade desta impugnação, dado que a sessão pública está prevista para 21/08/2019, tendo sido, portanto, cumprido o prazo pretérito de 02 (dois) dias úteis previsto no artigo 41, §2.º da Lei Federal n.º 8.666/1993, bem como no item 13.1 do Edital do Pregão em comento.

man a financia di sensi di se

2.00

II - OBJETO DA LICITAÇÃO.

O Pregão em referência tem por objeto o "REGISTRO DE PREÇOS visando futura contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Telefonia Móvel para atender as necessidades de todos os órgãos e entidades Públicas do Município de Nossa Senhora do Socorro - SE, conforme especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência — Anexo I deste edital".

A presente impugnação apresenta questões pontuais que viciam o ato convocatório, quer por discreparem do rito estabelecido na Lei Federal n.º 8.666/1993 (com alterações posteriores) e na Lei Federal n.º 10.520/2002, quer por restringirem a competitividade, condição esta essencial para a validade de qualquer procedimento licitatório.

Pretende também apontar situações que devem ser esclarecidas, facilitando-se a compreensão de determinadas cláusulas e evitando-se interpretações equivocadas.

<u>Um</u> é o fundamento que justifica a presente impugnação, conforme exposição a seguir.

III - FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

1 - DESPROPORCIONALIDADE DA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA POR MEIO DE CÁLCULO DE ÍNDICES CONTÁBEIS.

Quanto ao tema, o item 12.10.1.1 assim dispõe:

Os índices apontados, contudo, restringem a competitividade, na medida em que são desproporcionais ao limite desejável e inadequados para avaliar a boa situação financeira no caso concreto.



Neste sentido, deve-se ressaltar que a fase de habilitação consiste na <u>averiguação da capacidade de uma interessada participar da licitação</u>, <u>com o foco no potencial cumprimento do contrato dela subsequente</u>.

O professor Marçal Justen Filho, com muita clareza, expõe o que denomina de condições do direito de licitar, direito este que é outorgado àquele que preenche os requisitos para participar da licitação.

O direito de licitar, ainda que abstrato, não é absoluto. É um direito condicionado, também na acepção definida pela doutrina processualista. O direito de licitar se subordina ao preenchimento de certas exigências, previstas na lei e no ato convocatório. Essas exigências se referem quer à pessoa do licitante quer à proposta por ele formulada. A Lei e o ato convocatório estabelecem certos requisitos como indispensáveis para a disputa. A esses requisitos podemos denominar de condições do direito de licitar. 1

E mais à frente: "Na acepção de fase procedimental, a habilitação consiste no conjunto de atos orientados a apurar a <u>idoneidade e a capacitação</u> <u>de um sujeito para contratar com a Administração Pública</u>." ² (grifos de nossa autoria)

A própria Constituição, no artigo 37, inciso XXI, já estabelece expressamente que o processo de licitação pública "(...) somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações." 3 (grifos de nossa autoria)

Neste contexto, já por determinação constitucional, os requisitos de habilitação devem se reduzir ao mínimo possível, assim entendido como apenas o necessário para se presumir a idoneidade e a capacidade do licitante para assumir e executar o futuro contrato.

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.



¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8.ª ed. 1.ª reimpressão. São Paulo: Dialética, 2001. p. 302.

² JUSTEN FILHO, Marcal. Op. Cit. p. 303.

³ Artigo 37

Telefonica

De fato, <u>o essencial para as exigências de habilitação é</u> verificar se a empresa possui condição suficiente para cumprir o contrato, com a análise da sua capacidade analisada concretamente em face dos documentos apresentados.

E, neste contexto, não restam dúvidas de que o excesso rigor na qualificação econômico-financeira opera contra este objetivo de ampliação da competitividade.

Como é do conhecimento público, nos últimos anos as empresas operadoras de telecomunicações empenharam esforços para atingir as metas estabelecidas pela ANATEL, exigindo elevados investimentos em suas plantas.

Assim, a não comprovação dos índices exigidos, por empresas do segmento de telecomunicações, é plenamente compreensível, não se caracterizando de forma alguma incapacidade financeira.

Há de se considerar também que os patrimônios líquidos destas empresas representam, por si só, uma demonstração cabal de capacidade financeira, suficiente para honrar os compromissos relativos a eventuais contratos a serem firmados.

Nesse entendimento, a existência eventual de índice financeiro menor que os previstos no edital é insuficiente para avaliar a real saúde financeira das empresas. Há necessidade de avaliar outros fatores para que não haja prejuízo na escolha de fornecedores e na redução da participação de empresas em processos licitatórios, processos estes que efetivamente contribuem para a obtenção de melhores propostas pelos órgãos públicos.

Tal premissa de competitividade é extremamente salutar para os referidos processos licitatórios e tem amplo amparo nos princípios extraídos da Lei Federal 8666/1993.

Para que não haja esse equívoco, o Governo Federal se utiliza de análises alternativas para avaliar as empresas que se cadastram no Sistema de Cadastramento Unificado de Serviços Gerais - SICAF, conforme procedimento estabelecido através da Instrução Normativa MARE GM N.º 5, de 21/07/95, notadamente no subitem 7.2 (a respeito de exigência de índices financeiros):



7.2 - As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 01 (um) em qualquer dos índices referidos no inciso V, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para administração e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, na forma dos parágrafos 2º e 3º do art. 31 da Lei 8.666, como exigência imprescindível para sua classificação, podendo ainda ser solicitada prestação de garantia na forma do parágrafo 1 do art. 56, do mesmo diploma legal para fins de contratação.

Desta forma, requer ao pregoeiro que reavalie a exigência contida no referido item do edital, determinando, alternativamente, a demonstração de capital ou de patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, promovendo assim, a participação de maior número de licitantes nos processos licitatórios.

IV - REQUERIMENTOS.

Em síntese, requer sejam analisados os pontos detalhados nesta impugnação, com a correção necessária do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará.

Tendo em vista que a sessão pública está designada para 21/08/2019, requer, ainda, seja conferido efeito suspensivo a esta impugnação, adiando-se a referida sessão para data posterior à solução dos problemas ora apontados. Caso contrário, há o iminente risco de todo processo licitatório ser considerado inválido, sustentados os equívocos no edital ora apontados, com desperdício da atividade ocorrida na sessão pública, incluindo avaliação das propostas e dos documentos de habilitação.

Requer, caso não corrigido o instrumento convocatório nos pontos ora invocados, seja mantida a irresignação da ora impugnante, para posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto.

Pelo que PEDE DEFERIMENTO,

São Paulo/SP, 15 de agosto de 2019.

TELEFONICA BRASIL SIA

CPF: 954 268 095-34

Nome do procurador: fin de Riantora souza RG: \$117879 SSP18F

Telefônica Brasil S.A.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 1.376 www.telefonica.com.br São Paulo - SP 04571-936

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 34º SUBDISTRITO DE

CERQUEIRA CESAR SÃO PAULO - SP

COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO OFICIAL ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUNHA



TRASLADO

LIVRO Nº 0163

PÁGINA 207/216

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZEM: TELEFONICA BRASIL S.A, INNOWEB LTDA., POP INTERNET LTDA. E SP TELECOMUNICAÇÕES PARTICIPAÇÕES LTDA. NA FORMA ABAIXO

S A I B A M quantos este público instrumento de procuração bastante virem que aos vinte (20) dias do mês de março de dois mil e dezenove (2019), nesta Cidade de São Paulo, em diligência na sede da empresa, perante mim, Escrevente Autorizado e do Oficial do 34º Registro Civil Cerqueira César, que esta subscreve, compareceram como outorgantes: TELEFÔNICA BRASIL S.A., com sede social na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 1.376, Bairro Cidade Monções, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-936, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.558.157/0001-62, e suas respectivas filiais, com seu Estatuto Social Consolidado através da Ata da 50ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30/11/2018, devidamente registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o nº 578.337/18-6, em sessão de 10/12/2018, neste ato de acordo com o Capítulo V, Artigo 22º, parágrafo 3º do mencionado Estatuto Social, legalmente representada por seu Secretário Geral e Diretor Jurídico Sr. BRENO RODRIGO PACHECO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade profissional OAB/RS nº 45.479 e regularmente inscrito perante o CPF/MF sob o nº 711.936.930-04 e por seu Diretor de Finanças e de Relações com Investidores Sr. DAVID MELCON SANCHEZ-FRIERA, espanhol, casado, economista, portador da cédula de estrangeiro RNE nº G240737-5, regularmente inscrito perante o CPF/MF sob o nº 238.558.708-45, ambos eleitos na 297ª Reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 10/06/2016, devidamente registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo -JUCESP, sob o nº 273.314/16-6, em sessão de 24/06/2016, ficando cópia autenticada das referidas atas arquivadas nesta Serventia (Pastas 046, 051, 052, 057, 065, 67, 85, 86, 89, 107, 110, 123, 128, 131, 137, 142, 165, 168, 219; Fls. 113, 111, $110-113;\ 088-110;\ 170-171,\ 126-152,\ 001-024;\ 084-107;\ 108-110;\ 035-059;\ 060-062;\ 119-144;\ 120-150;\ 132-133;$ 062-098; 097-124; 001-002, 064-065, 033-114, 134-220; 016-038, 035-096); INNOWEB LTDA., com sede social na Rua Lourenço Pinto, 299, 1º andar, cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80010-160, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.621.112/0001-09, com seu Contrato Social Consolidado através da 9ª Alteração Contratual, datada de 02/01/2019, devidamente registrada e arquivada na Junta Comercial do Paraná sob o nº 20190681187, em sessão de 22/02/2019, neste ato de acordo com a Cláusulas 6ª e 7ª, do mencionado Contrato Social, legalmente representada por seu Secretário Geral e Diretor Jurídico Sr. BRENO RODRIGO PACHECO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade profissional OAB/RS nº 45.479 e regularmente inscrito perante o CPF/MF sob o nº 711.936.930-04 e por seu Diretor de Finanças Sr. DAVID MELCON SANCHEZ-FRIERA, espanhol, casado, economista, portador da cédula de estrangeiro RNE nº G240737-5, regularmente inscrito perante o CPF/MF sob o nº 238.558.708-45; ambos com endereço comercial na Av. Engº Luiz Carlos Berrini, 1376 - 32º andar, São Paulo/SP, ficando cópia autenticada da referida ata arquivada nesta Serventia (Pastas 142, 160, 166, 172, 185, 224; Fls. 174-183; 103-117; 063-126; 106-120; 144-160; 096-112); POP INTERNET LTDA., com sede social na Rua Lourenço Pinto, 299, 14º andar, cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80010-160, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.809.228/0001-15, com seu Contrato Social Consolidado através da 19º Alteração Contratual, datada de 02/01/2019, devidamente registrada e arquivada na Junta Comercial do Paraná sob o nº 20190735040, em sessão de 18/02/2019, neste ato de acordo com a Cláusula 6ª e 7ª, do mencionado Contrato Social, legalmente representada por seu Secretário Geral e Diretor Jurídico Sr. BRENO RODRIGO PACHECO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade profissional OAB/RS nº 45.479 e regularmente inscrito perante o CPF/MF sob o nº 711.936.930-04 e por seu Diretor de Finanças Sr. DAVID MELCON SANCHEZ-FRIERA, espanhol, casado, economista, portador da cédula de estrangeiro RNE nº G240737-5, regularmente inscrito perante o CPF/MF sob o nº 238.558.708-45; ambos com endereço comercial na Av. Engº Luiz Carlos Berrini, 1376 - 32º andar, São Paulo/SP, ficando cópia autenticada da referida ata arquivada nesta Serventia (Pastas 145, 160, 166, 173, 174, 185, 222; Fls. 034-044; 095-102; 127-153; 006-021; 016-031; 161-176; 127-143) e SP TELECOMUNICAÇÕES PARTICIPAÇÕES LTDA., com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Martiniano de Carvalho, nº 851, 20º Andar, Parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.900.954/0001-13, com seu Contrato Social Consolidado através da 39ª Alteração Contratual, datada de 02/01/2019, devidamente registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o nº 40.610/19-6/18-4, em sessão de 30/01/2019, neste ato em conformidade com Capitulo III a Cláusula 9ª da mencionada alteração, legalmente representada por seu Diretor o Sr. BRENO RODRIGO PACHECO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade profissional OAB/RS nº 45.479 e regularmente inscrito perante o CPF/MF sob o nº 711.936.930-04 e por seu Diretor o Sr. DAVID MELCON SANCHEZ-FRIERA, espanhol, casado, economista, portador da cédula de estrangeiro RNE nº G240737-5, regularmente inscrito perante o CPF/MF sob o nº 238.558.708-45; ambos com endereço comercial na Av. Engº Luiz Carlos Berrini, 1376 - 32º andar, São Paulo/SP, cujas cópias autenticadas ficam arquivadas nesta Serventia (Pasta 108, 117, 142, 149, 155, 166, 168, 172, 174, 185, 199, 221; Fls. 197-209, 065-075, 138-148; 026-041; 167-179; 154-193; 051-057; 121-129; 032-041; 177-186; 197-205; 078-085). Reconhecidos como os próprios de que trato, pelo exame dos documentos apresentados, do que dou fé. E aí pelas referidas OUTORGANTES, na forma acima representadas, me foudito que por este público inscumento e na



10292602222119 000057444 5

S.Paulo
POR ATO
2 9 MAR 2010
EL COLLIGIO NOTARIALIDO BRÁSIL
RUA FREI CANECA 371 - CONSOL
AUTENTICAÇÃO PAULO SP CEP 01307-013
a mm apress FONE/F OX 11 31551433
a mm apress FONE/F OX 11 31551433
a mm apress FONE/F OX 11 31551433
a mm apress FONE/F OX 12 31551433
a mm apress FONE/F OX 11 31551433
b TOX 15 515414
b TOX 15 5154



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Estado de São Paulo

melhor forma de direito nomeia e constitui por seus bastantes procuradores: ALEX MARTINS SALGADO, brasileiro, divorciado, engenheiro eletricista, portador do documento de identidade nº 28555382-3, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 267.046.658-38; ANDRÉ MEIRINO NIGRO, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 97214548, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 028.995.577-77; ALEXANDRE MACHADO SILVA, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 501.125.255, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 025.013.437-35; ANDERSON DE OLIVEIRA SILVA, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº M-5991545, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 017.590.427-81; ANDERSON EMANUEL DE AZEVEDO GONÇALVES, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 07042238-1, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 010.212.667-44; FÁBIO SARNO BALLADI, brasileiro, casado, arquiteto, portador do documento de identidade nº 22.231.501-3, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 273.924.208-52; FELIPE AUGUSTO FERRAZ DE CAMPOS, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 286348329, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 281.528.568-19; FLÁVIO CINTRA GUIMARÃES, brasileira, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 1158676, expedido pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 490.603.251-68; LEO IVAN PETERSEN JÚNIOR, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 1013778954, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 378.339.440-68; RICARDO PEDRETI CHAGAS, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 167973137, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 194.262.568-57; RODRIGO PEREIRA DA SILVA JUNIOR, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 1.217.063-1, expedido pela SSP/AM, e inscrito no CPF/MF sob o nº 601.791.712-91; WALTEMIR OKIDA VIEIRA, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade nº 18.883.594-5, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 132.906.448-80; ADRIANA FEDERICO CALMON, brasileira, casada, engenheira, portadora do documento de identidade nº 18.276.029-7, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 129.138.038-81; AIX ANDRE MACHADO CORREA, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade n° 23058598-X, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o n° 252.665.818-75; ALAN RICARDI LARANJEIRA, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 196700413, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 026.375.929-66; ALESSANDRA OLIVEIRA JUNQUEIRA, brasileira, divorciada, administradora, portadora do documento de identidade nº 228843194, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 184.634.518-96; ALESSANDRO SOARES DOS SANTOS, brasileiro, casado, formado em ciências da computação, portador do documento de identidade nº 256610897, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 168.288.308-65; ALEX EDUARDO DE FREITAS, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 21993730, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 070.661.598-02; ALEXANDRE BARRETO DA GAMA FREITAS, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 059.75.287-3, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 806.279.787-20; ALEXANDRE BORTULUCI, brasileiro, casado, arquiteto urbanista, portador do documento de identidade nº 1213769, expedido pela SSP/ES, e inscrito no CPF/MF sob o nº 256.948.258-70; ALEXANDRE CSISZER PAIN, brasileiro, divorciado, administrador, portador do documento de identidade nº 42512087, expedido pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 611.884.339-20; ALEXANDRE FREITAS DA SILVA, brasileiro, casado, sociólogo, portador do documento de identidade nº 1770578, expedido pela SSP/PE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 363.298.944-34; ALEXANDRE MARQUES ANHAIA, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 14380017, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 048.263.178-32; ALEXANDRE ORNELAS FORGANES, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 16246957-3, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 098.025.368-30; ANDERSON DIAS FONSECA, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador do documento de identidade no 227357504, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 152.671.158-35; ANDRÉ LUIZ MOREIRA ROLIM, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador do documento de identidade nº 94008000130, expedido pela SSP/CE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 619.538.063-68; ANDRÉ VARTAN FERREIRA KELESOGLU, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 10848905-5, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 076.814.947-90; ANDRESSA SIMONE MERTINS DE OLIVEIRA, brasileira, casada, mercadóloga, portadora do documento de identidade nº 3079109264, expedido pelo SJS/RS/RS, e inscrita no CPF/MF sob o nº 822.144.090-68; ANIBAL FELIPE SCHREINER, brasileiro, casado, bacharel em sistemas de informação, portador do documento de identidade nº 81707294, expedido pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.545.259-82; ARIEL NASCIMENTO DE OLIVEIRA, brasileira, casada, bacharel em sistemas de informação, portadora do documento de identidade nº 283644, expedido pela SSP/AP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 794.073.312-53; BERNARDO BRAYNER DE ALMEIDA, brasileiro, casado, formado em relações públicas, portador do documento de identidade nº 5744661, expedido pela SSP/PE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 042.362.184-02; CARLOTA BRAGA DE ASSIS LIMA, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 630,486, expedido pela SSP/DF, e inscrita no CPF/MF sob o nº 613.174.201-44; CLAITON MERG CARVALHO, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade n° 5016055898, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o n° 404.943.000.00; CLAUDIA DA SILVA LÉO, brasileira, divorciada, publicitária, portadora do documento de identidade n° 22.696.072-7, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o n° 143.399.538-73; CLÁUDIO RESERVO DE CESUS brasileiro, casado, administrador, Av. SAO LUIS, 192 L

R\$ 3,60

ALIDO SOMENTE COM SEI

AU1064AY0340677

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 34º SUBDISTRITO DE

CERQUEIRA CESAR

SÃO PAULO - SP

COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO OFICIAL ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUNHA



portador do documento de identidade nº 241703347, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 153.320.688-08; CLEBER PINHEIRO LIMA, brasileiro, casado, matemático, portador do documento de identidade nº 1041332741, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 652.051.030-00; CRISTIANO VELOSO SOUZA MENDES, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº MG 6076799, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 037.204.176-03; DANIELE SOPHIA SARMENTO, brasileira, divorciada, bacharel em relações públicas, portadora do documento de identidade nº 25.909.382-8, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 188.182.328-86; DIEGO FRANCISCO BRASIL DE SOUZA, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 1080294422, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 808.805.680-20; DUCLERC GUIMARÃES DAVID LADEIA, brasileiro, solteiro, administrador, portador do documento de identidade nº 3,481,132, expedido pela SSP/GO, e inscrito no CPF/MF sob o nº 809.761.821-49; EDGAR RODRIGUES GIAGIO, brasileiro, casado, marketing, portador do documento de identidade nº 293486803, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 280.614.888-09; ÉRICA DO NASCIMENTO DE NÁPOLES, portuguesa, casada, publicitária, portadora do documento de identidade nº V4964483, e inscrita no CPF/MF sob o nº 052.073.087-93; ERICA REIS DE MELO COUTRINS, brasileira, solteira, administradora, portadora do documento de identidade nº 3413850, expedido pela SSP/GO, e inscrita no CPF/MF sob o nº 879.849.111-34; FABIA MARIA MENDONCA MARTINS, brasileira, casada, analista de sistemas, portadora do documento de identidade nº 3135659, expedido pela SSP/GO, e inscrita no CPF/MF sob o nº 845.461.821-04; FABIO ANTUNES DOS SANTOS, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº571199020, expedido pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF sob o nº 924.043.245-00; FÁBIO COSTA DA ROCHA AZEVEDO, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 114368681, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 076.400.277-56; FABIO DE CAMARGO PENTEADO SILVA, brasileiro, casado, formado em tecnologia da informação, portador do documento de identidade nº 189669238, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 146.471.568-85; FABIO HENRIQUE TRINDADE FERREIRA, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador do documento de identidade nº 24.427.959-7, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 248.331.408-29; FÁBIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 27.638.106-3, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 267.221.148-56; FABIO PRADO BACHA, brasileiro, solteiro, bacharel em ciência da computação, portador do documento de identidade nº 236692975, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 199.463.888-55; FABIO ROBERTO PERES, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador do documento de identidade nº 29232788, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 196.435.628-83; FABIO SANTIEGO FIONDA, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 109280339, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 076.941.357-94; FERNANDO DA COSTA DUSCHITZ, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 6067816972, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 893.657.120-68; FIRMINO SANCHES NETO, brasileiro, casado, químico, portador do documento de identidade nº 41811540-0, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 328.127.498-65; FRANZ SCHUBERT DE MORAES, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº M4921727, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 736.652.236-87; GISELE CRISTINA GARCIA JORGETTI, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 216364754, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 166.905.978-22; GISELE DE RAMOS MELO, brasileira, divorciada, administradora, portadora do documento de identidade nº 3763145, expedido pela SSP/GO, e inscrita no CPF/MF sob o nº 913.426.781-68; GLAUBER GELMI BRASIL, brasileiro, solteiro, administrador, portador do documento de identidade nº 289078891, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 331.039.168-09; GUILHERME AUGUSTO DE SOUZA SIQUEIRA, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº M8812132, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 042.114.336-36; GUILHERME BARTHOLOMEU SARUBI, brasileiro, casado, formado em sistemas de informação, portador do documento de identidade nº 24874365X, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 318.564.098-56; GUILHERME SARNO BALLADI, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 22.213.502.5, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 287.392.418-74; GUSTAVO SOBREIRO GONÇALVES, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 339435811, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 297.041.528-33; HELEN VIEIRA MICERIN, brasileira, casada, tecnóloga em construção civil, portadora do documento de identidade nº 34533418-8, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 295.769.848-07; HUBERTI EDNILSON DA COSTA PINTO, brasileiro, solteiro, administrador, portador do documento de identidade nº 8048901873, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº . 661.341.700-97; IGARA TAARI COUTINHO LEAO, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 691406340, expedido pela SSP/BA, e inscrita no CPF/MF sob o nº 689.235.545-53; ILDEBRANDO PINTO APARECIDO JUNIOR, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 183182704, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 258.674.898-09; JAQUELINE DIAS COSTA DUARTE, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 4075408452, expedido pela SSR/RS, e inscrita no CPF/MF sob o nº 822.106.750-49; JEFFERSON MARTINS MADUREIRA, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 4142963, expedido pela SSP/GO, e inscrito no CPF/MF sob o nº 993.152.461-87; JOÃO GERALDO DE SOUZA, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade





2 9 MAR LEGIO NOTARIALIDO BRASIL RUA FREI CANECA 371 - CON AutentioSÃO PAULO SP CEP 0120

AUTENTICAÇÃO AU 1064AY0337925



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Estado de São Paulo

nº 935,191, expedido pela SSP/MT, e inscrito no CPF/MF sob o nº 595.148.091-49; JOAO RODRIGO ANTUNES FERREIRA, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 241036392, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 290.754.518-30; JOSE EUSTÁQUIO MENDONÇA DA FONSECA, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 5,432,697, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 731.577.596-04; JOSÉ OSCAR AZEVEDO JUNIOR, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 299123625, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 032.860.479-88; JOSE RENATO BONATES CORREA, brasileira, casado, comerciário, portador do documento de identidade nº 7872189, expedido pela SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob o nº 598.350.952-72; JUAN ANTONIO GARCIA GÓMEZ, brasileiro, casado, engenheiro de telecomunicações, portador do documento de identidade nº 099240145, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 012.694.897-63; KAMILA LIMA CARVALHO, brasileira, divorciada, administradora, portadora do documento de identidade nº 558033003, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 791.173.842-49; KARINA DE CARVALHO E SILVA, brasileira, casada, pedagoga, portadora do documento de identidade nº 2452762, expedido pela SSP/PA, e inscrita no CPF/MF sob o nº 425.686.412-15; LEANDRO SINKOVITS, brasileiro casado, tecnólogo, portador do documento de identidade nº 233341626, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 283.920.858-09; LEONARDO ASSIS DE SOUZA, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador do documento de identidade nº 11069106, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 042.953.446-99; LETICIA SANDRINE GONÇALVES MUZZI, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 42632315, expedido pela SSP/SC, e inscrita no CPF/MF sob o nº 042.339.439-80; LIDSON JOSE ROCHA SILVA, brasileira, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 90002030247, expedido pela SSP/CE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 589.860.223-20; LILIAM ELISABETH DE LIMA ROSA, brasileira, casada, engenheira, portadora do documento de identidade n° 29.287.307-4, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o n° 279.218.028-50; LUCIANO ANDRADE, brasileiro, casado, comerciário, portador do documento de identidade nº 9019706333, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 590.188.440-04; LUCIANO POMPEO PASQUALINI, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 117667080, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 060.800.008-65; LUIS AUGUSTO SANDER, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 1035522646, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 587.739.750-87; LUIS OTAVIO CAVALCANTI MONTIBELO, brasileiro, casado, formado em marketing, portador do documento de identidade nº 4664376, expedido pela SSP/PE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 770.673.204-53; LUIZ SERGIO MOTA MAGALHÃES, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 5466627, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 758.524.706-00; MARCELO ALEXANDRE LAURATO, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 345805963, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 223.705.928-42; MARCELO ATAÍDE DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, administrador , portador do documento de identidade nº 73904951, expedido pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 271.741.152-68; MARCELO DA SILVA ASSUNÇÃO, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 18,304,607, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 094.620.888-37; MARCELO DE ALMEIDA BUCANEVE, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 6089013, expedido pela SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob o nº 752.606.629-20; MARCELO DE LIMA TARDIVO, brasileiro, casado, formado em relações públicas, portador do documento de identidade nº 328466608, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 294.313.248-90; MARCELO GONÇALVES DA SILVA, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 19.502.368-7, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 166.491.058-13; MARCELO IACABO, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 18.501.873, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 108.369.358-10; MARCELO RABETTI, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 20.316.533-0, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 148.481.278-66; MARCIO DANILO DE SÁ, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador do documento de identidade nº 16,542,834, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 152.499.018-32; MÁRCIO SANCHOTENE IRIZAGA, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador do documento de identidade nº 3081770442, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 692.630.860-87; MÁRCIO SANTOS DA CUNHA, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 110653979, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 051.775.397-92; MARCOS PEREIRA DE SOUSA, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador do documento de identidade nº 4102090, expedido pela SSP/GO, e inscrito no CPF/MF sob o nº 929.136.951-91; MARCOS ROBERTO MIYATA, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 330506390, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 282.783.378-61; MARIANA FERREIRA, brasileira, solteira, economista, portadora do documento de identidade nº 348931116, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 344.626.888-05; MARIANA VIEIRA RANGEL NUNES, brasileira, solteira, engenheira, portadora do documento de identidade nº 08109314-8, expedido pelo IFP/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 051.481.137-40; MAURICIO GIANOTI LUSTRE, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador do documento de identidade nº 18.436.062-6, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 148.259.118-97; MAYKEL DE OLIVEIRA CASTRO, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade nº 2083487, expedido pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 724.105.661-20; MONICA DE LIMA SILVA, brasileira, divonciada, administradara, portadora do documento de identidade nº 0821159909, expedido pela SSP/BA, e inscritar no CPE/MF seb o nº 0.775.085-53; NEY BERRIO

Autentico a presente co

a mim apresentado na parte repriori.
MARCOS SANCHES SILVA .

ALIDO SOMENTE COM SELO DE

AUTENTICAÇÃO

AU1064AY0340676

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 34° SUBDISTRITO DE

CERQUEIRA CESAR

SÃO PAULO - SP

COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO OFICIAL ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUNHA



SGOBBI, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 155053073, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 063.323.488-52; ORIVAL AIRTON TRAJANO DOS REIS, brasileiro, solteiro, administrador, portador do documento de identidade nº 4027732512, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 392.100.570-15; ORLAN ALVES CARDOSO, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 289478, expedido pela SSP/TO, e inscrito no CPF/MF sob o nº 829.553.791-15; OTÁVIO PAVONE DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 49729529, expedido pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 007.381.919-06; PAULO CEZAR COSTA MENEZES, brasileiro, casado, químico industrial, portador do documento de identidade nº 43336908, expedido pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 709.791.469-68; PAULO SEVERINO DA SILVA, brasileiro casado, administrador, portador do documento de identidade nº 5741466, expedido pelo SDS/PE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 030.328.074-33; RAISINS ROGERIO BRAGA DE OLIVEIRA, brasileiro. casado, engenheiro mecânico, portador do documento de identidade nº 13823698, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 055.822.208-01; RAPHAEL HENRIQUE DE ALMEIDA COSTA, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 32.352.929-x, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 313.452.798-76; REGIANE DE JESUS SILVEIRA PISSUTTI, brasileira, casada, publicitária, portadora do documento de identidade nº 271577290, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 256.107.508-73; RENATO DE OLIVEIRA SOUZA, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade no 19392910, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 148.926.148-66; RICARDO JOSE FIGUEIRA, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 19520511, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 126.842.408-09; RODRIGO RODRIGUES BALLERONI, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade nº 276000535, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 220.637.588-59; RODRIGO TIRELLO, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 9073755051, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 941.392.450-34; ROGERIO PUERTA LOPES, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 1.838.401-2, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 123.068.688-67; ROMULO SALES RAGASSI, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 26.211.160-3, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 180.256.888-36; RONES ALVES MACHADO PORTELA, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador do documento de identidade nº 138850094, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 031.743.458-63; SARA REGINA COUTO MOTA, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 3059328, expedido pela SSP/SC, e inscrita no CPF/MF sob o nº 004.361.699-24; SERGIO CHEREZ PAVIA, brasileiro, casado, formado em propaganda e marketing, portador do documento de identidade nº 336045050, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 272.784.788-20; SILVIA AYUMI MORIOKA, brasileira, solteira, engenheira, portadora do documento de identidade nº 278745702, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 219.914.658-82; SILVIO AMERICO DE SOUSA MELO, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº M 7.615.288, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 025.861.906-61; SINOMAR MOTA VIEIRA, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 2043464DGPC, expedido pela SSP/GO, e inscrito no CPF/MF sob o nº 547.834.291-20; TANIA ROSA CAMPOS) brasileira, solteira, tecnóloga em hotelaria, portadora do documento de identidade nº 3455052, expedido pela SSP/GO, e inscrita no CPF/MF sob o nº 867.188.351-53; THAISA MAZZEI SABOIA, brasileira, casada, engenheira, portadora do documento de identidade nº 30.294.465-5, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 303.685.828-84; THIAGO BRUNO FERNANDES, brasileiro, casado, formado em ciências da computação, portador do documento de identidade nº 439862139, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 312.878.558-90; VALTER FERNANDES DE ABREU, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 193914554, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 174.309.268-78; VINICIUS ROSSI PASCHOAL, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador do documento de identidade nº 20621759, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 256.309.948-08; VIVIAN RAQUEL LOPES, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 256420472, expedido pela SSP/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 221.000.118-80; WALDYRLEY ANDRADE DE SOUZA, brasileiro, casado, tecnólogo em telecomunicações, portador do documento de identidade nº 70569769, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 861.210.497-15; WELLINGTON ROSA DE ABREU, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 107.65684-5, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 040.473.366-29; WELLINGTON XAVIER DA COSTA, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 3516308, expedido pela SSP/GO, e inscrito no CPF/MF sob o nº 887.321.001-59; WILLIAN TEIXEIRA JOÃO, brasileiro, casado, fisioterapeuta, portador do documento de identidade nº 17.701.201-X, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 276.300.558-62; ABILIO PINTO PIRES NETO, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador do documento de identidade nº 1721893, expedido pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 027.163.499-59; ADALBERTO BALLO PEREIRA, brasileiro, casado, matemático, portador do documento de identidade nº 13.792.571-2, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 063.508.738-31; ADRIANA VITALE, brasileira, solteira, administradora, portadora do documento de identidade nº 231476048, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 3136.678.968-75; ALBANIZA TEREZA PEREIRA PESSOA, brasileira, casada, secretária executiva, portadora do documento de identidade nº 4873 8, expedido pela SSP/PE, e inscrita no CPF/MF sob o nº 996.120.204-00; ALEXANDRE SILVA MARTINS basileiro, casado,







2 9 RUA FREI CANECA 377 CONSOL FONE/FAX: 11-31551433





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Estado de São Paulo

administrador, portador do documento de identidade nº 16.315.848-4, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 131.501.228-64; ALINE CARVALHO FAVA, brasileira, divorciada, administradora, portadora do documento de identidade n° 30.602.742-2, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o n° 221.813.738-09; ALINE DE ALCÂNTARA SOUZA, brasileira, casada, advogada, portadora do documento de identidade nº 1117874, expedido pela SSP/SE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 954.268.095-34; ALINE MONTEIRO CARDOSO, brasileira, solteira, administradora, portadora do documento de identidade nº 1808651, expedido pela SSP/DF, e inscrita no CPF/MF sob o nº 699.019.881-87; AMANDA DA SILVA CAMILO, brasileira, solteira, administradora, portadora do documento de identidade nº 429313354, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 304.635.158-54; AMANDA SILVA OLIVEIRA, brasileira, divorciada, bacharel em direito, portadora do documento de identidade nº 328539806, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 225.439.988-88; ANA PAULA ARRUDA, brasileira, solteira, bacharel em direito, portadora do documento de identidade nº 25.512.426-0, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 270.161.608-58; ANDRE FERNANDO MACHADO, brasileiro, casado, bacharel em marketing, portador do documento de identidade nº 20.116.176-X, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 158.657.998-35; ANDREIA MAGGESI ALVES, brasileira, divorciada, administradora, portadora do documento de identidade nº 27.368.886-8, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 272.955.888-84; ANTONIO JOSÉ GUERRA DA SILVA, brasileiro, solteiro, economista, portador do documento de identidade nº 8.817.360-4, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 059.470.358-12; ANTONIO WELLINGTON ARAUJO DO NASCIMENTO, brasileira, casado, formado em propaganda e marketing, portador do documento de identidade nº 644898, expedido pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 248.140.831-49; BRUNO AGNELLO PEGORARO, brasileiro, casado, gestor ambiental, portador do documento de identidade nº 322307016, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 224.317.348-46; BRUNO DE AGUIAR MARTINS, brasileiro, solteiro, tecnólogo telecomunicações, portador do documento de identidade nº 124578055, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 098.922.877-03; BRUNO ROSSO BATISTA, brasileiro, solteiro, administrador, portador do documento de identidade nº 4509816, expedido pela SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob o nº 066.070.359-90; CAMILA MORAES AONO, brasileira, solteira, formada em sistemas de informação, portadora do documento de identidade nº 44.229.677-0, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 335.177.238-60; CAMILA RUSKE DE SOUZA, brasileira, casada, formada em sistema de telecomunicações, portadora do documento de identidade nº 3359535, expedido pela SSP/SC, e inscrita no CPF/MF sob o nº 024.387.979-24; CAMILO JOSÉ GASPARETTO, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade nº 98981446, expedido pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 007.474.119-56; CARLOS DAVI ZEMOR, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 8055917762, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 538.409.170-34; CARLOS EDUARDO KATO MARINI DE ALMEIDA, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade nº 16.662.606-5, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 181.198.528-93; CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA MACHADO, brasileiro, divorciado, administrador, portador do documento de identidade nº 100246800, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 070.056.257-57; CINTIA SALDANHA MENDES DE AGUIAR, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 5745628, expedido pela SSP/MG, e inscrita no CPF/MF sob o nº 842.974.686-20; CLÁUDIA CRISTINA DA SILVA GOMES GOUVEIA, brasileira, casada, tecnóloga em administração, portadora do documento de identidade nº 19.302.388-X, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 125.973.708-01; CLÁUDIO PEREIRA COSTA, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 22112519, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 979.909.227-20; CRISTIANE LIRA DA SILVA, brasileira, solteira, administradora de empresas, portadora do documento de identidade nº 6887920, expedido pelo SDS/PE, e inscrita no CPF/MF sob o nº 055.964.454-01; CRISTIANE VERONEZE PAES, brasileira, solteira, engenheira, portadora do documento de identidade nº 278127526, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 286.722.698-88; CRISTINA BERNARDIS ROSA, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº M7226072, expedido pela SSP/MG, e inscrita no CPF/MF sob o nº 004.080.106-30; DANIEL VIEIRA LOREVICE, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 24.340.983-7, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 167.200.688-06; DANIELLA AIELLO, brasileira, casada, psicóloga, portadora do documento de identidade nº 182957706, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 177.965.698-07; DANIELLE PANTOJA SILVA, brasileira, solteira, engenheira, portadora do documento de identidade nº 325228541, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 395.240.378-40; DANILO NOGUEIRA SANTIAGO, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 09921753, expedido pela SSP/AM, e inscrito no CPF/MF sob o nº 069.598.837-92; DÉBORA ALINE MEDEIROS DE OLIVEIRA ALVES, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 30473837, expedido pela SSP/AM, e inscrita no CPF/MF sob o nº 694.776.392-49; DENILSON CÉSAR GONÇALVES, brasileiro, separado, tecnólogo de sistemas de informação, portador do documento de identidade nº 21,922,450, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 160.132.868-09; DOUGLAS DANTES DE MORAES, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 1039318, expedido pela SSP/ES, e inscrito no CPF/MF sob o nº 031.195.917-26; EDI MARCOS DA SILVA, brasileiro, casado, marketing, portador do documento de identidade nº 23.272.518-4, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 177.135.348-14; EDUARDO FERNANDO SOUSA FERRAZZI, brasileiro, solteiro, formado em sistema de informação, portador do documento de identidade mais 192771905 expediço pela SSP/SP, e inscrito

AUTENTICAÇÃO

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 34º SUBDISTRITO DE CERQUEIRA CESAR

SÃO PAULO - SP

COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
OFICIAL ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUNHA



no CPF/MF sob o nº 306.783.178-01; EDUARDO ROEDEL KOHLER, brasileiro, solteiro, administrador, portador do documento de identidade nº 2265078, expedido pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 002.104.351-51; ELDER MONTEIRO DO NASCIMENTO, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 164312298, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 097.265.388-07; ELISANDRA MARIA DA SILVA. brasileira, divorciada, publicitária, portadora do documento de identidade nº 36.745.840-8, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 973.185.076-72; EMERSON SOUZA SALES, brasileiro, solteiro, mercadólogo, portador do documento de identidade nº 679,463,801, expedido pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF sob o nº 951.304.035-68; EMILIA PITANGA SAMPAIO METTIG, brasileira, casada, economista, portadora do documento de identidade nº 342609009, expedido pela SSP/BA, e inscrita no CPF/MF sob o nº 565.486.565-04; EVANDRO ALMEIDA CUNHA, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 08.485.858-8, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 006.302.317-29; EVANDRO OLIVEIRA MOREIRA, brasileiro, solteiro, tecnólogo em gestão comercial, portador do documento de identidade nº 205820400, expedido pela SSP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 105.692.837-95; EVERTON VALDINEI DISTASSI, brasileiro, divorciado, administrador, portador do documento de identidade nº 24.232.682-1, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 102.904.038-98; FABIANO MITSUYUKI YOSHIDA, brasileiro, casado, bacharel em ciência da computação, portador do documento de identidade nº 25301220x, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 259.549.918-12; FABIO CAMPOS, brasileiro, casado, formado em marketing, portador do documento de identidade nº 193610206, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 165.966.488-85; FÁBIO GONÇALVES DOS REIS, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 451832322, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 324.584.258-95; FERNANDO ESTEFANO SIMIONATO CARDOSO, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 23.123.320-6, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 120.809.128-01; FILIPE PAULINO GRIPA, brasileiro, solteiro, administrador, portador do documento de identidade nº 70.754.948-5, expedido pelo SJS/RS/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 015.730.650-05; FRANCIELE CALDIN, brasileira, casada, administradora, portador do documento de identidade nº 000656617, expedido pela SSP/RO, e inscrito no CPF/MF sob o nº 007.346.749-96; FRANCISCO RAFAEL CRESCENTE, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 05.426.481-7, expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 724.673.047-87; GILBERTO SOARES GALVAO. brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 14.263.866-3, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 060.876.308-05; GIOVANI RICARDO MARTINS, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 254793186, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 246.848.358-80; GLEDSON JAMES DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, engenheiro eletricista, portador do documento de identidade nº 6.134.504-3, expedido pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 019.019.899-09; GUSTAVO DE SOUZA CACELLA, brasileiro, casado, engenheiro em telecomunicações, portador do documento de identidade nº 119066512. expedido pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 089.938.507-98; HELIO BENSUASKI JUNIOR, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador do documento de identidade nº 21.246.323-8, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 025.367.557-03; HELOISA HELENA PENA, brasileira, solteira, pedagoga, portadora do documento de identidade nº 10502246, expedido pela SSP/MT, e inscrita no CPF/MF sob o nº 015.537.888-00; IEDA BARROS CARBONEL, brasileira, solteira, administradora, portadora do documento de identidade nº 146576299, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 022.865.328-26; JAQUELINE ALVES DOS SANTOS, brasileira, divorciada, tecnóloga em recursos humanos, portadora do documento de identidade nº 320886098, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 216.309.568-13; JESSÉ HARION OLIVEIRA DE BRITO, brasileiro, solteiro, analista de sistemas, portador do documento de identidade nº 6716441, expedido pela SSP/PA, e inscrito no CPF/MF sob o nº 015.683.832-07; JOÃO RODRIGUES DAS NEVES NETO, brasileiro, divorciado, formado em gestão comercial, portador do documento de identidade nº 1078286927, expedidopela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 005.240.310-61; JOÃO WALTER SOLONCA, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 117673432, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 034.329.028-67; JORGE MIGUEL DO NASCIMENTO DANTAS, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 83105959-2, expedido pelo CREA/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 752.093.907-30; JOSE CARLOS WANDERLEY BRAGA ROCHA, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 5732118, expedido pela SSP/PE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 035.444.544-83; JOSÉ PAULO MIRI, brasileiro, solteiro, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade nº 1071560211, expedido pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 001.313.230-08; JULIO ADALTO TIEZZI JUNIOR, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 22,015,074, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 121.135.888-70; KEILI GONÇALVES CHAGAS DE SOUSA, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 70,500,639, expedido pela SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob o nº 023.175.509-01; KOOZO YOSHIMOTO, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade nº 17.896.728-2, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 093.961.518-58; LEANDRO DQS SANTOS VIEIRA, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 2044841, expedido pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 716.258.871-91; LEONARDO QUEIROZ VELOSO, brasileiro, divorciado, tecnólogo em marketing, portador do documento de identidade nº 5128531, expedido pela SSP/MG/e inserto no CPF/MF sob o nº 965.654.896-53; LUIS FERNANDO BORRO, brasileiro, divorciado, administrador, portador de ocumento de

União internacional to Notariado Latino



RUA FREI CANECA 371 - CONSOL SÃO PAULO SP CEP 61307 PAULO SP CEP 61307



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Estado de São Paulo



AU1064AY0340674

identidade nº 123960009, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 117.274.288-03; LUIS GUILHERME BIANCHIN, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 92456406, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 035.267.348-60; MARCELA MARQUES DE SOUZA, brasileira, solteira, formada em ciências da computação, portadora do documento de identidade nº 297088208, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 828.793.465-68; MARCELLO GAMITO MENDES, brasileiro, casado, tecnólogo em comunicação e tecnologia, portador do documento de identidade nº 15.951.844, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 076.250.838-88; MARCELO APARECIDO PARRIAL, brasileiro, solteiro, psicólogo, portador do documento de identidade nº 40.054.652-8, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 318.754.128-32; MARCELO PIMENTEL DE MESQUITA, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 91135640, expedido pelo Detran/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 035.375.807-89; MARCOS ALMEIDA, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade nº 14.978.590-2, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 083.881.028-42; MARCOS ROBERTO SOARES JR, brasileiro, divorciado, bacharel em filosofía, portador do documento de identidade nº M4980124, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 118.390.388-02; MARCOS VINICIUS BOLZAN, brasileiro, casado, formado em gestão comercial, portador do documento de identidade nº 44774415X, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 384.733.198-18; MARCUS VINICIUS BARÇANTE DE MOURA, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 10892295, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 050.274.906-74; MARIA CLARA POIO D'OLIVEIRA BRESSAN, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 11.091.093-X, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 032.954.408-08; MARIA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA BRIETZKE, brasileira, casada, formada em relações públicas, portadora do documento de identidade nº 8009018121, expedido pela SSP/RS, e inscrita no CPF/MF sob o nº 366.649.600-87; MARIA CRISTINA CASTELLOES E CASTRO RINCON, brasileira, casada, engenheira elétrica, portadora do documento de identidade nº MG 5416788, expedido pela SSP/MG, e inscrita no CPF/MF sob o nº 971.894.806-68; MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA, brasileira, casada, administradora, portador do documento de identidade nº 11089153, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 042.039.666-71; MARIA IZABEL CRISTINA MENDES LOPES, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 6198122, expedido pela SSP/MG, e inscrita no CPF/MF sob o nº 796.070.126-15; MARIA LOURDES PAPA CASAGRANDE, brasileira, casada, matemática, portadora do documento de identidade nº 11.002.135-6, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 031.643.388-80; MARTA ELOISA OLIVEIRA, brasileira, solteira, pedagoga, portadora do documento de identidade nº 29.545.850-1, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 223.166.468-24; MICHEL CORREA DE SOUZA, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 257043500, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 277.022.548-07; NAIARA BONFIM DE SANTANA, brasileira, solteira, administradora de empresas, portadora do documento de identidade nº 0748886842, expedido pela SSP/BA, e inscrita no CPF/MF sob o nº 009.649.045-43; NELSON VERPA JUNIOR, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 9.340.006-8, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 036.468.738-09; ORLANDO DE ANTONIO JUNIOR, brasileiro, separado, administrador, portador do documento de identidade nº 193800007, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 133.609.568-77; PABLO DO VALE FERNANDES, brasileiro, casado, mercadólogo, portador do documento de identidade nº 22256385, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 263.329.628-95; PATRICIA DE ARAUJO PEREIRA, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 32408652-0, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 301.504.098-77; PATRICIA FERREIRA TEIXEIRA NETTO GRANDE, brasileira, casada, engenheira, portadora do documento de identidade nº 2875289, expedido pela SSP/DF, e inscrita no CPF/MF sob o nº 074.903.177-89; PATRÍCIA HELENA RODRIGUES FREIRE FERREIRA, brasileira, casada, jornalista, portadora do documento de identidade nº 983174, expedido pela SSP/MS, e inscrita no CPF/MF sob o nº 921.625.411-49; PAULA CAMILA MENDONÇA DE AMEIDA, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 27997499, expedido pela SSP/AM, e inscrita no CPF/MF sob o nº 715.930.472-15; PAULO AFONSO CALADO JUNIOR, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 92.006.021.59-1, expedido pela SSP/CE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 526.339.933-20; PAULO EDUARDO CESAR, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 7.906.000-6, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 008.534.088-07; PAULO ROBERTO CEIA BRAVO, brasileiro, divorciado, administrador, portador do documento de identidade nº 41204066, expedido pelo Detran/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 615.438.617-68; PAULO ROGÉRIO DOS SANTOS, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 14.263.890-0, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 091.756.318-22; REGINA JARA MOTTA, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 155612840, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 037.303.838-09; RENATA SIMIONATO CARDOSO, brasileira, casada, bacharel em direito, portadora do documento de identidade nº 44.559.750-1, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 366.012.348-00; RENATO RESENDE PONTES, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 6356921, expedido pela SSP/MG, pinscrito no CPF/MF sob o nº 011.899.476-09; RICARDO AUGUSTO PINTO, brasileiro, casado, comunicador social, portador do documento de identidade nº 15.783.347, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF soot of nost of 257.338 3; ROBERTA CAPP PACHECO SALEH, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 218705141, expedido 2 9 R\$ 3,60

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 34° SUBDISTRITO DE

CERQUEIRA CESAR

SÃO PAULO - SP

COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO OFICIAL ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUNHA



pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 137.781.628-10; RODRIGO INACIO RANGEL DOS SANTOS, brasileiro. casado, formado em ciência da computação, portador do documento de identidade nº 3009067, expedido pela SSP/GO, e inscrito no CPF/MF sob o nº 796.435.661-53; ROGERIO AUGUSTO ALTAFINI TRANI, brasileiro, casado, bacharel em ciências da computação, portador do documento de identidade nº 23.380.101-7, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 182.054.248-37; ROSENILDA DA COSTA, brasileira, solteira, tecnóloga em gestão de pessoas, portadora do documento de identidade nº 28.520.860-3, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 291.469.438-54; RUBENS HIGA, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº 177214089, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 056.332.848-79; RUI SÉRGIO PAVARINO JUNIOR, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 25.082.798-0, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 184.452.858-82: SANDERSON BENJAMIN ZILIO, brasileiro, separado, administrador, portador do documento de identidade nº 1046517031, expedido pela SSP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 623.393.110-04; SÉRGIO FREITAS RODRIGUES DE PAULA, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador do documento de identidade nº M8.954.907, expedido pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 038.117.736-07; SEVERA ALVES CALHEIROS LUCATI, brasileira, casada, analista de sistema, portadora do documento de identidade nº 263607239, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 009.472.547-06; SIMONE DOS SANTOS, brasileira, divorciada, tecnóloga em gestão comercial, portadora do documento de identidade nº 19.663.601-2, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 140.600.838-95; TATIANE AUGUSTO ALMEIDA DA SILVA, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 297046998, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 286.235.628-01; TATIANE MACHADO VONA, brasileira, solteira, formada em marketing, portadora do documento de identidade nº 302944825, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 301.582.368-07; TATIANE SILVEIRA DE ALMEIDA CAPUSSO, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora do documento de identidade nº 3562064, expedido pela SSP/SC, e inscrita no CPF/MF sob o nº 027.479.039-40; THIAGO PONTES CAVALCANTE, brasileiro, solteiro, administrador, portador do documento de identidade nº 20349114 , expedido pela SSP/AM, e inscrito no CPF/MF sob o nº 902.518.492-87; TONI ANGELO DE AGUIAR, brasileiro, casado, tecnólogo em redes de computadores, portador do documento de identidade nº 340710548, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 276.713.148-97; VALTER BENTO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, formado em marketing, portador do documento de identidade nº 30.282.574-5, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 312.852.668-03; VANIA DINIZ ARAGÃO, brasileira, casada, secretária executiva, portadora do documento de identidade nº 1584653, expedido pela SSP/DF, e inscrita no CPF/MF sob o nº 806.120.751-68; VERANA CAUS DE SOUZA, brasileira, casada, economista, portadora do documento de identidade nº 946446, expedido pela SSP/ES, e inscrita no CPF/MF sob o nº 024.706.877-21; VERÔNICA ANGÉLICA PEREIRA, brasileira, solteira, bacharel em direito, portadora do documento de identidade nº 32959414, expedido pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 282.910.758-67; VIRGINIA DE BRITO LINS, brasileira, casada, administradora, portadora do documento de identidade nº 1636920, expedido pela SSP/PA, e inscrita no CPF/MF sob o nº 064.502.452-04; WANDERLEY LOPES JUNIOR, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 16.373.059-3, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 082.008.338-01; WELLINGTON JOSÉ NOGUEIRA LOPES, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 22887-D, expedido pelo CREA/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 345.714.266-15; aos quais conferem poderes para, individualmente, representarem as Outorgantes e suas filiais perante todas as empresas, órgãos e repartições públicas, entidades autárquicas, fundações e sociedades de economia mista nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, sempre no intuito de participar de certames licitatórios presenciais e/ou eletrônicos, inclusive no que se refere a consultas públicas e em casos de chamamentos públicos, podendo assim, ditos procuradores, apresentar documentos, formular lances verbalmente nos pregões presenciais, bem como formular lances eletrônicos, nos pregões eletrônicos, firmar declarações, assinar e apresentar credenciamento, inclusive de terceiros, que neste ato não se confunde com o substabelecimento vedado neste instrumento, propostas de preço e/ou técnica, participar de sessões públicas de habilitação e julgamento da documentação e propostas, formular impugnações e pedidos de esclarecimento, passar recibos, rubrica de documentos, assinatura de listas de presença e atas, adesões a atas de registro de preço, desistência de prazos recursais, registrar ocorrências, submissão de pedido de reconsideração, interposição de recursos e contra-razões, e oficio, vistas dos Processos Administrativos e todo e qualquer documento correlato ao certame, podendo ainda representar perante o Tribunal de Contas da União - TCU, de seus respectivos Estados - TCE e de seus respectivos Municípios - TCM. Fica vedado o substabelecimento. O(s) Outorgado(s) constituído(s) fica(m) ciente(s) de que ao se desligar(em) do quadro da Companhia, do qual faz(em) parte, não mais poderá(ão) exercer quaisquer poderes constantes neste instrumento, ficando sem efeito os atos praticados a partir da data de desligamento, sendo inclusive responsável(is) por perdas e danos causados pelo uso indevido dos poderes revogados em decorrência do desligamento. A presente procuração terá validade de 01 (um) ano a contar desta data. (Processum 131/2018). Emolumentos: R\$ 269,90; Ao Estado: R\$ 76,70; Secretaria da Fazenda: R\$ 52,48; Ministério Público: R\$ 12,96; Fundo Lei 10199/98: R\$ 14,20; Tribunal de Justiça: R\$ 18,52; A Santa Casa: R\$ 2,70; Iss: R\$ 5,76; Total: R\$ 453,22. Guia n. 064/2019. Assim o disse do que dou fé, me pediu que lhe lavrasse este instrumento, o qual lhe sendo feito e lido em voz alta, por estar conforme, outorga, aceita e assina. Eu, (a.)LUIS CARLOS TAVARES DIAS SOARES, Escrevente Autorizado, digitei, li, colhi a(s) assinatura(s), e Eu. (a.) A DOLPHO JOSE PASTOS DA CUNHA, Oficial, subscrevo e encerro o presente ato. BRENO RODRIGO PACHECO DE OLIVERA | DAVID





2 9 MAR RUA FREI CANEOA 371 - CONSCIENCE SÃO PAULO SP CEP 01307 FONE/FAX: 11-31551433

AUTENTICAÇÃO AU1064AY0337924



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Estado de São Paulo

MELCON SANCHEZ-FRIERA | ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUNHA. TRASLADA NA MESMA DATA. EU, LUIS CARLOS TAVARES DIAS SOARES, Escrevente Autorizado, subscrevo e assino em

público e raso.

da verdade Em test.

LUIS CARLOS TAVARES DIAS SOARES

Escrevente Autorizado

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico https://selodigital.tjsp.jus.br. Selo digital n°: 1153031PR000000003272219Y - Valor R\$: R\$ 453,22 Selo digital n°: 1153031TR000000003285019P - Valor R\$: R\$ 0,00







Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62
NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50° ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

Anexo III ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA TELEFÔNICA BRASIL S.A.

CAPITULO I - DAS CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE

REGIME JURÍDICO

Art. 1 – *Telefônica Brasil S.A.* é uma sociedade anônima, regida pelo presente Estatuto Social e demais dispositivos legais aplicáveis, com prazo de duração indeterminado.

OBJETO SOCIAL

Art. 2 - A Sociedade tem por objeto:

- a) a exploração de serviços de telecomunicações;
- b) o desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas;
- c) a exploração de serviços de valor adicionado, incluindo, disponibilização sem cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto, aplicativos e congêneres;
- d) a exploração de soluções integradas, gestão e prestação de serviços relacionados a: (i) data center, incluindo hospedagem e colocation; (ii) armazenamento, processamento e gerenciamento de dados, informações, textos, imagens, vídeos, aplicativos e sistemas de informações e congêneres; (iii) tecnologia da informação; (iv) segurança da informação e da comunicação; (v) telecomunicações; e (vi) sistemas de segurança eletrônica relacionados a roube intrasar, incêndio e outros;
- e) Licenciamento e sublicenciamento de softwares de qualquer natureza.







Companhia Aberta CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62 NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50º ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

Parágrafo Único - Na consecução do seu objeto, a Sociedade poderá incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, bem como:

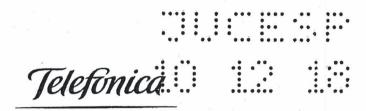
- I participar do capital de outras empresas, inclusive visando ao cumprimento da política nacional de telecomunicações;
- II constituir empresas e/ou subsidiárias para a execução de atividades compreendidas no seu objeto e que se recomende sejam descentralizadas;
- III promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto;
- IV prestar serviços de assistência técnica às empresas do setor de telecomunicações, executando atividades de interesse comum;
- V gerir e prestar serviços de manutenção, assistência e suporte técnico em informática e em equipamentos relacionados às atividades da Sociedade;
- VI prestar serviços de consultoria relacionadas às atividades da Sociedade;
- VII elaborar, implantar e instalar projetos relacionados às atividades da Sociedade;
- VIII gerir e prestar serviços de engenharia e executar obras de construção civil e correlatas, necessárias para a execução de projetos relacionados às atividades da Sociedade;
- IX prestar serviços de monitoramento relacionados às atividades da Sociedade;
- X prestar serviço de intermediação de negócios em geral;



RENATO DIMZ REZERIDE JUNIOR

DESERSON MARQUES CARDOZO DOS SANTIC

Escreventes Autorizados



Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62
NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50^a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

XI – comercializar e locar equipamentos e materiais necessários ou úteis à exploração de suas atividades, incluindo equipamentos de precisão, medição e sensores eletrônicos;

XII - efetuar atividades de estudos e pesquisas, visando ao desenvolvimento do setor de telecomunicações;

XIII - celebrar contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades, objetivando assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das atribuições e responsabilidades; e

XIV - exercer outras atividades afins ou correlatas que lhe forem atribuídas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

SEDE

Art. 3 - A Sociedade tem sede na Capital do Estado de São Paulo, podendo criar e extinguir, por decisão da Diretoria, filiais, agências e sucursais, escritórios, departamentos e representações, em qualquer ponto do território nacional, conforme disposto no artigo 22, (vii) deste Estatuto Social.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL

CAPITAL AUTORIZADO

Art. 4 - A Sociedade está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 (um bilhão, oitocentos e cinquenta milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

28







Companhia Aberta CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62 NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

Parágrafo 1º - Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

Parágrafo 2º - Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem. Por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em Bolsa de Valores ou subscrição pública, permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 e 263 da Lei das S.A., bem como, gozo de incentivos fiscais, nos termos de legislação especial, conforme faculta o artigo 172 da Lei 6.404/76.

CAPITAL SUBSCRITO

Art. 5 - O capital social subscrito, totalmente integralizado, é de R\$ 63.571.415.865,09 (sessenta e três bilhões, quinhentos e setenta e um milhões, quatrocentos e quinze mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e nove centavos), dividido em 1.690.984.923 (um bilhão, seiscentos e noventa milhões, novecentas e oitenta e quatro mil, novecentas e vinte e três) ações, sendo 571.644.217 (quinhentos e setenta e um milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, duzentas e dezessete) ações ordinárias e 1.119.340.706 (um bilhão, cento e dezenove milhões, trezentos e quarenta mil, setecentas e seis) ações preferenciais, todas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Único – As ações serão mantidas em conta de depósito em instituição financeira em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.





Escreventes Autorizados



Companhia Aberta CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62 NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50º ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

CAPÍTULO III - DAS AÇÕES

ACÕES ORDINÁRIAS

Art. 6 - A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.

AÇÕES PREFERENCIAIS

Art. 7 - As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 abaixo, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Parágrafo Único – Será concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, caso a Sociedade deixe de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 (três) exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento.

CAPÍTULO IV - DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 8 - As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão: (i) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, nos termos do art. 132 da Lei 6.404/76 e, (ii) extraordinariamente, sempre que necessário, seja em função dos interesses sociais, ou de disposição deste Estatuto Social, ou quando a legislação aplicável assim o exigir.

Parágrafo Único - As Assembleias Gerais de Acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração, cabendo ao Presidente do referido órgão consubstanciar o aludido ato.

Art. 9 - Deverga ser submatidare aprovação prévia da Assembleia Geral de Acionistas (i) a celebração de condições sejam partes relacionadas, cujos termos e condições sejam









Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62
NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50º ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

mais onerosos para a Companhia do que os normalmente adotados pelo mercado em contratações da mesma natureza, observado, em qualquer caso, o disposto no artigo 117 da Lei 6.404/76; e (ii) a celebração de contratos de prestação de serviços de gerência, inclusive de assistência técnica, com entidades estrangeiras vinculadas ao acionista controlador da Sociedade, casos em que os titulares de ações preferenciais terão direito a voto.

Parágrafo Único: Além das matérias referidas no "caput" deste artigo, as ações preferenciais terão direito de voto (i) para a eleição de 1 (um) membro do Conselho de Administração, em votação em separado, e (ii) nas deliberações relacionadas à alteração estatutária visando suprimir o direito de eleição, em votação em separado, pelos acionistas detentores de ações preferenciais, de um membro do Conselho de Administração.

Art. 10 - Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 115 da Lei nº 6.404/76, os titulares de ações preferenciais terão direito a voto nas deliberações assembleares referidas no art. 9, assim como naquelas referentes à alteração ou revogação dos seguintes dispositivos estatutários:

- (i) art. 9;
- (ii) parágrafo único do art.11; e
- (iii) art. 30.

Art. 11 - As Assembleias Gerais de Acionistas serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, que deverá indicar, dentre os presentes, o Secretário. Em caso de ausência do Presidente do Conselho de Administração, os acionistas escolherão o presidente e o secretário da mesa.

Parágrafo Único - Nas hipóteses do art. 136 da Lei nº 6.404/76, a primeira convocação da Assembleia Geral de Acionistas será feita com 30 (trinta) dias de antecedência, no mínimo, e com antecedência mínima de 10 (dez) dias, em segunda convocação ROCINLONS PES

Aqual confere com o peginal to que don o a servicio de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya de la companya de la compa

LUCIANO PEREIRA ROCHA

Escreventes Autorizados

6



Companhia Aberta CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62 NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50º ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

Art. 12 - Somente poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, no livro próprio, até 72 (setenta e duas) horas antes da data designada para a respectiva Assembleia.

Parágrafo 1º - O edital de convocação poderá condicionar a presença do acionista, na Assembleia, ao depósito, na sede da Sociedade, do comprovante de sua qualidade de acionista, expedido pela própria Sociedade ou pela instituição depositária das ações da Sociedade, com até 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data marcada para a realização da Assembleia Geral de Acionistas.

Parágrafo 2º - O edital de convocação também poderá condicionar a representação do acionista por procurador, em Assembleia, ao depósito do respectivo instrumento de mandato na sede da Sociedade, com até 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data marcada para a realização da Assembleia Geral de Acionistas.

CAPÍTULO V - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 13 - A Administração da Sociedade compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, com as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social. Os seus membros serão eleitos para um mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, estando eles dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções.

Parágrafo 1º - Todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos correspondentes termos, permanecendo nos respectivos cargos até a efetiva posse dos seus sucessores.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral de Acionistas deverá fixar a remuneração global dos administradores da Sociedade, incluindo os benefícios de qualquer natureza e as verbas de representação, sendo o Conselho de Administração competente para distribuir essa remuneração entre os saus membros e os da Diretoria.

Escreventes Aut 1207028 AS 0123386







Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62
NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50º ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral de Acionistas poderá atribuir aos administradores participação nos lucros da Sociedade, desde que observado o disposto no art. 152, § 1º e § 2º da Lei 6.404/76, conforme proposta apresentada pela administração.

Parágrafo 4º - A Sociedade e seu acionista controlador deverão manter, durante o prazo da concessão e sua prorrogação, a efetiva existência, em território nacional, dos centros de deliberação e implementação das decisões estratégicas, gerenciais e técnicas envolvidas no cumprimento dos contratos de concessão dos quais a Sociedade seja parte.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COMPOSIÇÃO

Art. 14 - O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 17 (dezessete) membros, eleitos e destituíveis do órgão pela assembleia geral, observado o disposto na legislação aplicável, computados neste número o membro eleito pelos acionistas titulares de ações preferenciais nos termos do disposto no parágrafo Único do artigo 9 deste Estatuto e o membro eleito pelos minoritários, se for o caso.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração deverá nomear, dentre os seus membros, o Presidente do órgão, ou seu substituto, no caso de vacância. A critério do Conselho de Administração, poderá ser nomeado e/ou destituído o Vice-Presidente do órgão.

SUBSTITUIÇÃO

Art. 15 - Ocorrendo impedimento ou ausência do Presidente do Conselho de Administração, este será substituído pelo Vice-Presidente, se houver. Na ausência do Vice-Presidente, o Presidente será substituído por outro membro do Conselho por ele indicado.

Autoritico esta cópia regregifica a parapir nead a qual confere con-o criginal. Do que dou fe 340

REMATO DINIZARZENDE JUNIOR EDERISON MARQUES CARDOZO DOS SANTOS ELUCIANO PEREIRA ROCHA

Escreventes Autorizados



Companhia Aberta CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62 NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50° ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

Parágrafo 1º - No caso de impedimento ou ausência de qualquer outro membro do Conselho de Administração, o Conselheiro impedido ou ausente deverá indicar, por escrito, seu substituto, dentre os demais membros do Conselho de Administração, para representá-lo e deliberar na reunião à qual não puder estar presente, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 19 deste Estatuto.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho de Administração que indicarem representantes, conforme disposto no parágrafo anterior, serão considerados, para todos os efeitos, presentes à respectiva reunião.

Art. 16 - Ocorrendo vacância nos cargos de membros do Conselho de Administração, restando número inferior ao mínimo de membros previsto no art. 14 supra, deverá ser convocada Assembleia Geral de Acionistas para eleição de substitutos.

COMPETÊNCIA

- Art. 17 Compete ao Conselho de Administração:
- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade;
- (ii) aprovar o orçamento e o plano anual de negócios da Sociedade;
- (iii) convocar a Assembleia Geral de Acionistas;
- (iv) aprovar as demonstrações financeiras e o relatório da administração da Sociedade e submetê-los à Assembleia Geral de Acionistas;

(v) - eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros da Diretoria, fixando-lhes as atribuições, observadas as disposições egais e estatutárias;







Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62
NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50° ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

- (vi) aprovar a criação de Comitês técnicos e consultivos para seu assessoramento em assuntos de interesse da Sociedade, eleger os membros de tais Comitês e aprovar seus regulamentos internos, que conterão as regras específicas relativas a composição, funções, competência, remuneração e funcionamento;
- (vii) fiscalizar a gestão dos Diretores da Sociedade, examinar, a qualquer tempo, os livros da Sociedade, solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, ou quaisquer outros atos;
- (viii) aprovar a estrutura organizacional da Sociedade, podendo atribuir limites à Diretoria para o exercício de tal competência, observadas as disposições legais e estatutárias;
- (ix) aprovar e alterar o regimento interno do Conselho de Administração;
- (x) deliberar sobre emissão de ações pela Sociedade, com aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, definindo os termos e as condições dessa emissão;
- (xi) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição;
- (xii) deliberar, por delegação da Assembleia Geral de Acionistas, acerca dos seguintes aspectos nas emissões de debêntures pela Sociedade: (i) oportunidade da emissão, (ii) época e condições de vencimento, amortização ou resgate, (iii) época e condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso, se houver, (iv) modo de subscrição ou colocação e, (v) tipo das debêntures;
- (xiii) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- (xiv) deliberar sobre a emissão de notas promissórias para distribuição pública ("Commercial Papers") e sobre a submissão das ações da Sociedade a regime de depósito para comercialização dos respectivos certificados ("Depositary Receiptes) poistrito RUA FREI CANECA

Aqual confere coard original Object of the County of the C



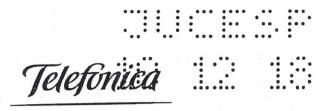
Companhia Aberta CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62 NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50^a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

- (xv) autorizar a aquisição de ações de emissão da Sociedade, para cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- (xvi) autorizar a alienação dos bens vinculados diretamente aos serviços públicos de telecomunicações em serviço;
- (xvii) autorizar a alienação de bens imóveis, constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, podendo fixar limites para a prática de tais atos pela Diretoria:
- (xviii) estabelecer, em norma interna, os limites para que a Diretoria autorize a alienação ou oneração de bens do ativo permanente, inclusive aqueles relacionados aos serviços públicos de telecomunicações que se encontrarem desativados ou inservíveis:
- (xix) aprovar a participação da Sociedade em consórcios em geral, bem como os termos de tal participação, podendo delegar tal atribuição à Diretoria, nos limites que estabelecer, sempre visando ao desenvolvimento das atividades do objeto social da Sociedade:
- (xx) fixar os limites para que a Diretoria autorize a prática de atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou da comunidade de que participe a Sociedade, inclusive a doação de bens inservíveis para a Sociedade;
- (xxi) aprovar a criação e a extinção de subsidiárias da Sociedade, no país ou no exterior;







Companhia Aberta CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62 NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50° ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

(xxiii) - autorizar a celebração de contratos, não previstos no orçamento da Sociedade, em valor superior a R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais);

(xxiv) - aprovar a realização de investimentos e a aquisição de ativos, não previstos no orçamento, em valor superior a R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais);

(xxv) - autorizar a aquisição de participação acionária em caráter permanente em outras sociedades e a oneração ou a alienação de participação acionária;

(xxvi) - aprovar a distribuição de dividendos intermediários;

(xxvii) - escolher ou destituir os auditores independentes;

(xxviii) - indicar e destituir o titular da auditoria interna, que se reportará ao Conselho de Administração, por intermédio do Comitê de Auditoria e Controle, quando em funcionamento, bem como o titular da Diretoria de Atacado, responsável este, exclusivamente, por todos os processos de atendimento, comercialização e entrega dos produtos referentes às Ofertas de Referência dos Produtos no Mercado de Atacado; e

(xxix) - aprovar o plano de cargos e salários, políticas de incentivos e desenvolvimento profissional, o regulamento e os quadros de pessoal da Sociedade, bem como os termos e condições de acordos coletivos de trabalho a serem firmados com os sindicatos representativos das categorias dos empregados da Sociedade e a adesão ou desligamento de fundos complementares de aposentadoria, tudo com relação aos empregados da Companhia, podendo o Conselho de Administração, quando entender necessário, atribuir à Diretoria limites para deliberar sobre essas matérias.

Art. 18 - As atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração são:

(a) representar o Conselho na convocação da Assembleia Geral de Acionistas; (b) presidir a Assembleia Geral de Acionistas e escolher o Secretário, dentre os presentes; pase e (c) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração.

RENATO DANZ BEZENDE JUNIOR
EDERSON MARQUES CARIOZO DOS SANTOS
CUCIANO PEREIRA ROCHA
ESCREVENTES Autorizados



Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62
NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50^a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

REUNIÕES

Art. 19 - O Conselho de Administração reunir-se-á, (i) ordinariamente, uma vez a cada 3 (três) meses e, (ii) extraordinariamente, mediante convocação do seu Presidente, lavrando-se ata de suas deliberações.

Parágrafo 1º - As reuniões do Conselho deverão ser convocadas por escrito, com no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, devendo a convocação conter a ordem do dia e as matérias a serem deliberadas na respectiva reunião.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos, presente a maioria de seus membros em exercício, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o de qualidade, nos casos de empate.

Parágrafo 3º - É facultado a qualquer dos membros do Conselho fazer-se representar por outro Conselheiro nas reuniões às quais não puder comparecer, desde que tal outorga de poderes de representação seja efetuada mediante instrumento firmado por escrito.

Parágrafo 4º - Sem prejuízo da posterior assinatura da respectiva ata, as reuniões do Conselho de Administração poderão ainda ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência, ou por qualquer outro meio de comunicação que permita identificar os membros presentes, bem como sua comunicação simultânea. Os conselheiros poderão ainda participar mediante manifestação por escrito de seus votos, mesmo que não estejam fisicamente presentes.







Companhia Aberta CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62 NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50° ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO

Art. 20 - A Diretoria será composta de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 15 (quinze) membros, acionistas ou não, residentes no país, que serão eleitos pelo Conselho de Administração, conforme segue: (a) Diretor Presidente; (b) Diretor de Finanças e de Relações com Investidores; (c) Secretário Geral e Diretor Jurídico; (d) demais Diretores sem designação específica.

Parágrafo 1º - As atribuições individuais dos Diretores sem designação específica serão definidas pelo Conselho de Administração, que também poderá estabelecer designação específica para os referidos cargos.

Parágrafo 2º - Um mesmo Diretor poderá ser eleito para acumular as atribuições de mais de um cargo da Diretoria.

Art. 21 – Em ocorrendo ausências e impedimentos temporários, caberá ao Diretor Presidente designar, dentre os membros da Diretoria, o seu substituto bem como o dos Diretores. No caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pelo Conselho de Administração.

COMPETÊNCIA DA DIRETORIA E REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 22 - A Diretoria é o órgão de representação ativa e passiva da Sociedade, cabence lhe, e aos seus membros, individualmente, conforme o caso, cumprir e fazer cump este Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração e da Assemble Geral de Acionistas e praticar todos os atos necessários ou convenientes à gestão do negócios sociais. Compete à Diretoria, coletivamente, o seguinte:

(i) - propor ao Conselho de Administração planos e programas gerais da proporta de investimento na expansão e modernização da proporta de investimento de investin

BENATO DINZ REZENDE JUNIOR
ECRESON MARQUES CARDOZO DOS SANTOS
LUCIANO PEREIRA ROCHA
Escreventes Autorizados



Companhia Aberta CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62 NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

- (ii) autorizar, dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração em instrumento normativo interno, a alienação ou oneração dos bens do ativo permanente, inclusive aqueles relacionados aos serviços públicos de telecomunicações que se encontrarem desativados ou inservíveis, bem como submeter ao referido órgão a alienação ou oneração dos bens que ultrapassem esses limites;
- (iii) submeter ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhados do parecer dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício;
- (iv) aprovar, de acordo com os limites estabelecidos pelo Conselho de Administração: a) compras de materiais, equipamentos, bens, obras e serviços; b) vendas de bens do ativo;
- (v) aprovar a celebração de outros contratos, não mencionados acima, de acordo com os limites impostos pelo Conselho de Administração;
- (vi) aprovar, anualmente, planejamento de operações financeiras e, trimestralmente, um resumo do cumprimento do referido planejamento;
- (vii) aprovar a criação e a extinção de filiais, escritórios, agências, sucursais e representações da Sociedade, no País;
- (viii) aprovar, conforme lhe for atribuído pelo Conselho de Administração, a estrutura organizacional da Sociedade, mantendo o Conselho de Administração informado a respeito;

(ix) - zelar pelo cumprimento das normas de conduta ética da Sociedade, estabelecidas







Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62
NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50^a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

- (x) elaborar e propor ao Conselho de Administração as políticas de responsabilidade institucional da Sociedade, tais como meio ambiente, saúde, segurança e responsabilidade social da Sociedade e implementar as políticas aprovadas;
- (xi) autorizar, de acordo com os limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, a prática de atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou da comunidade de que participe a Sociedade, inclusive a doação de bens inservíveis para a Sociedade; e
- (xii) aprovar a criação de Comitês técnicos e consultivos para seu assessoramento em assuntos de interesse da Sociedade, eleger os membros de tais Comitês e aprovar seus regulamentos internos, que conterão as regras específicas relativas a composição, funções, competência, remuneração e funcionamento.
- Parágrafo 1º As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, cabendo ao Diretor Presidente, além do voto comum, o de qualidade, nos casos de empate.

Parágrafo 2º - Ressalvados os casos previstos no parágrafo 4º e observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, a Sociedade pode ser legalmente vinculada das seguintes formas: i) pela assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores estatutários, exceto em casos de urgência, nos quais será permitida a assinatura isolada do Diretor Presidente e "ad referendum", da Diretoria, nos termos do disposto no artigo 23, A-5 deste Estatuto; ii) pela assinatura de 1 (um) Diretor estatutário em conjunto com 1 (um) Procurador; e iii) pela assinatura de 2 (dois) Procuradores em conjunto, desde que investidos de poderes específicos.

Parágrafo 3º - Ressalvados os casos previstos no parágrafo 4º, as procurações serão sempre outorgadas por 2 (dois) Diretores, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de 1 (um) ano.

RENATO DINZ REZENDE MATIOR
EDERSON MARQUES CARDAZO DOS SANTOS
LUCIÁNO PEREIRA ROCHA
Escreventes Autorizados



Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62
NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50º ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

Parágrafo 4° - A Sociedade poderá ser representada por apenas um Diretor ou um Procurador, investido de poderes específicos, na prática dos seguintes atos:

- (i) recebimento e quitação de valores;
- (ii) assinatura de correspondência que não crie obrigações para a Sociedade;
- (iii) representação da Sociedade em assembleias e reuniões de sócios de sociedades da qual participe;
- (iv) outorga de mandato a advogado para a representação judicial ou em processos administrativos;
- (v) representação em juízo, ou em processos administrativos, exceto para a prática de atos que importem em renúncia a direitos;
- (vi) representação em licitações públicas e concursos privados de que participe a Sociedade, visando a prestação dos serviços contemplados em seu objeto social; e
- (vii) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza.

COMPETÊNCIAS DOS MEMBROS DA DIRETORIA

Art. 23 – São as seguintes as competências específicas dos membros da Diretoria:

A - DIRETOR PRESIDENTE:

1. Representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral, podendo nomear procuradores em conjunto com outro Diretor e designar prepostos, delegan companda de la superiorida de la superiorida

28 MAR. 2019

RENATO DINIZ REZENDE JUNIOR
EDERSON MARQUES CARDOZO DOS ENTROS
LUCIANO PEREIRA ROCHA
Escreventes Autorizados

COLCIO NOTARIALDO BRASILO TORRO DE MOTANDO SE MOTANDO S

(Sept.)



Companhia Aberta CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62 NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50^a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

- 2. Acompanhar e fiscalizar a implementação das determinações do Conselho de Administração em relação às suas atividades e atribuições;
- 3. Estabelecer diretrizes, coordenar e supervisionar as atividades da Companhia relacionadas com: finanças e controle; recursos corporativos; a área jurídica em geral; relações institucionais; regulação; comunicação corporativa; Fundação Telefônica; recursos humanos; redes e operações de campo; estratégia e planejamento corporativo; tecnologia da informação; atendimento ao cliente e qualidade; negócios empresariais; negócios móvel; negócios fixa;
- 4. Convocar as reuniões de Diretoria;
- 5. Praticar atos de urgência "ad referendum" da Diretoria; e
- 6. Exercer outras atribuições que lhe sejam determinadas pelo Conselho de Administração.

B - DIRETOR DE FINANÇAS E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES:

- 1. Estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades da Companhia na área econômico-financeira e de gestão dos títulos mobiliários de emissão da Companhia, contábil e controle de gestão, bem como supervisionar a administração de fundos de previdência complementar;
- 2. Representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários CVM, as bolsas de valores e demais órgãos de fiscalização do mercado de valores mobiliários;
- 3. Delegar, se for o caso, competência aos demais Diretores para a prática de atos específicos;
- 4. Representar a Companhia na forma prevista no presente Estatuto Socialica de Registro Civil DAS 45 SUBORTICO CALLED COMPANDA CO

340 2 8 MAR. 2019

REMANDENTIZ REZENDE JUNIOR
EDÉRSON MARQUES CARDOZO DOS SANTOS
LUCIANO PEREIRA ROCHA

FSCREVENTES AUTORIZADOS

18



Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62
NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50^a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

5. Executar outras atividades que lhe sejam determinadas pelo Conselho de Administração.

C - SECRETÁRIO GERAL E DIRETOR JURÍDICO:

- 1. Estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades da Companhia na área jurídica em-geral;
- 2. Delegar, se for o caso, competência aos demais Diretores para a prática de atos específicos;
- Representar a Companhia na forma prevista no presente Estatuto Social; e
- 4. Executar outras atividades que lhe sejam determinadas pelo Conselho de Administração.

D - DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA:

- Exercer as funções e atribuições individuais que lhes forem determinadas pelo Conselho de Administração;
- 2. Assinar em conjunto com outro Diretor estatutário os documentos e atos que reclamem a assinatura de dois Diretores; e
- 3. Representar a Sociedade na forma prevista no presente Estatuto Social.

CAPÍTULO VI - DO CONSELHO FISCAL

Art. 24 - O Conselho Fiscal, de caráter permanente, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.







Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-32
NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRA()RDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

Parágrafo 1º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios de qualcuer natureza, verbas de representação e participação nos lucros.

Parágrafo 2º - Ocorrendo vacância no cargo de membro do Conselho Fiscal, este será substituído por seu respectivo suplente. Havendo vacânc a da maioria dos cargos, a Assembleia Geral deverá ser convocada para proceder à eleição de seus substitutos.

Parágrafo 3º - O Conselho Fiscal reunir-se-á, (i) ordinariamente, uma vez a cada trimestre e, (ii) extraordinariamente, mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração, ou de 2 (dois) membros do Conselho Fiscal, lavrando-se ata de suas deliberações.

Parágrafo 4º - As reuniões do Conselho Fiscal serão con ocadas por escrito com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, devendo a convocação conter a ordem do dia, com a relação das matérias a serem aprecia las, na respectiva reunião.

CAPÍTULO VII - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DAS I)EMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 25 - O exercício social coincidirá com o ano civil, pode ido ser levantados, além do anual, balanços semestrais, trimestrais ou em períodos me iores.

OFICIAL DE REGISTRO HAIL DAS PESSAS NATIONAL DA SESSAS NATIONAL DA SESSAS NATIONAL DA SESSAS NATIONAL DE CONTRA CESTA CESTA DE LA CONTRA CESTA CESTA DE LA CONTRA DE CANTONAL DE CONTRA DE

Escreventes Autorizados



Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-32
NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50^a ASSEMBLEIA GERAL EXTRA()RDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Art. 26 – Juntamente com as demonstrações financeiras, c Conselho de Administração apresentará, à Assembleia Geral Ordinária, proposta sobre (i) a participação dos empregados e administradores nos lucros e (ii) a destinação integral do lucro líquido.

Parágrafo 1º - Do lucro líquido do exercício: (i) 5% (cinco por cento) serão destinados para a reserva legal, visando assegurar a integridade física do capital social, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social integralizado; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma dos incisos II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76 serão obrigatoriamente distribuídos como dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas; e (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores deste artigo, terá a destinação determinada pela Assemble ia Geral de Acionistas, com base na proposta do Conselho de Administração contida nas demonstrações financeiras. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral de Acionistas deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas.

Parágrafo 2º - Os dividendos não reclamados em 03 (três) anos, contados da deliberação de sua distribuição, reverterão em favor da Sociedade.

Art. 27 - A Sociedade poderá declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos: (i) à conta do lucro apurado em balanços semestrais; (ii) à conta de lucros apurados em balanços trimestrais ou em períodos meno es, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante de reservas de capital de que trata o parágrafo primeiro do ar igo 182 da Lei 6.404/76, ou (iii) à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único - Os dividendos intermediários distribuídos nos termos deste artigo serão imputados ao dividendos minimos obrigatório.







Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-32
NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50º ASSEMBLEIA GERAL EXTRA()RDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

Art. 28 - Por deliberação do Conselho de Administração e observadas as disposições legais, a Sociedade poderá pagar, aos seus acionistas, junos sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, "ad referendum" da assembleia geral.

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral de Acionistas determinar o modo da liqu dação e indicar o liquidante.

Art. 30 - A aprovação, pela Sociedade, através de seus representantes, de operações de fusão, cisão, incorporação ou dissolução de suas controladas será precedida de análise econômico-financeira por empresa independente, de renome internacional, confirmando estar sendo dado tratamento equitativo a todas as sociedades interessadas, cujos acionistas terão amplo acesso ao relatorio da citada análise.

Art. 31 - Em tudo o que for omisso o presente Estatuto Sc cial, a Sociedade se regerá

pelas disposições legais que forem aplicáveis.

Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira

Presidente da Assembleia

Carolina Simões Cardoso Secretária da Assembleia

EDERSON N

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PE
DO 34* SUBDISTRITO CER
RIA FREI CANECA 371
ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA
Auteritico esta cópia reprográfica augusta.
A qual confere com o original D. Juliprojus.

340 28 MAN, 2015

Escreventes Autorizados

22





Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62
NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50° ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

- 1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 30 dias do mês de novembro de 2018, às 11h00, na sede social da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"), situada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, 20º andar, auditório, Bairro Cidade Monções, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
- 2. CONVOCAÇÃO: Foi realizada convocação mediante edital ("Edital de Convocação") publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 31 de outubro de 2018, 01 de novembro de 2018 e de 02 de novembro de 2018, páginas 7, 17 e 14, respectivamente e, no jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 31 de outubro de 2018, 01/02 de novembro de 2018 e 03/04/05 de novembro de 2018, páginas B5, B3 e B3, respectivamente.
- 3. PRESENÇAS: Participaram os acionistas representando 94,7% das ações ordinárias, que subscrevem esta ata e constam registrados no Livro de Presença de Acionistas nº 003, folha 011 frente a folha 011 verso, havendo, portanto, quórum para instalação desta Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") e para deliberação das matérias constantes da ordem do dia. Ainda estavam presentes, o Sr. Breno Rodrigo Pacheco de Olivera, Secretário Geral e Diretor Jurídico; os Srs. Flávio Stamm, Cremênio Medola Netto, Charles Edwards Allen, membros do Conselho Fiscal; o Sr. Antonio Gonçalves de Oliveira, Conselheiro de Administração; e o Sr. Francisco de Paula dos Reis Júnior da empresa especializada BDO RCS Auditores Independentes S.S.
- MESA: Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira Presidente da Assembleia e Carolina Simões Cardoso – Secretária da Assembleia.

5. ORDEM DO DIA:

(1) tomar ciência e ratifica con no messa da empresa de avaliação especializada BDO RCS Auditores a la completa con les completa de la completa del la completa de la completa del la completa de la completa de la comp







Companhia Aberta CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62 NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50^a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

líquido da Telefônica Data S.A. ("<u>TDATA</u>"), para fins da incorporação do patrimônio líquido da TDATA pela Companhia ("<u>Laudo de Avaliação TDATA</u>");

- (2) apreciar e deliberar acerca do Protocolo e Instrumento de Justificação de Incorporação da TDATA pela Companhia, firmado entre a TDATA e a Companhia em 30 de outubro de 2018, tendo por objeto a incorporação da TDATA pela Companhia ("Protocolo de Incorporação");
- (3) apreciar e deliberar acerca do Laudo de Avaliação TDATA;
- (4) deliberar sobre a incorporação da TDATA pela Companhia e a sua implementação;
- (5) deliberar, em decorrência da incorporação proposta, sobre a alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia;
- (6) deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e
- (7) deliberar sobre a destituição de membro do Conselho de Administração indicado pelo Acionista Controlador.
- 6. DELIBERAÇÕES: Dando início aos trabalhos, o Presidente da Assembleia esclareceu que a ata da Assembleia seria lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, conforme faculta o artigo 130, § 1º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), e informou que documentos ou propostas, declarações de voto ou dissidências sobre as matérias a serem deliberadas deveriam ser apresentados por escrito à Mesa que, para esse fim, seria representada pela Secretária da Assembleia. Ademais, o Presidente da Assembleia esclareceu que os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas nesta Assembleia, encontravam-se sobre a Mesa. A seguir, for proposições de contravam de leitura dos documentos, a seguir, for proposições de contravam de leitura dos documentos, a seguir, for proposições de contravam de leitura dos documentos, a seguir, for proposições de contravam de leitura dos documentos, a seguir, for proposições de contravam de leitura dos documentos, a seguir, for proposições de contravam de leitura dos documentos, a seguir, for proposições de contravam de leitura dos documentos, a seguir, for proposições de contravam de leitura dos documentos, a seguir, for proposições de contravam de leitura dos documentos, a seguir de contravam de leitura dos documentos de leitura de leitura dos documentos de leitura dos documentos de leitura de leitura de leitura de leitura de le

28 MAR. 2019 34

RENATO DIMZ REZEMBE JUNOR

EDERSON MARQUES CARDOZO DOS SANTOS

Escreventes Autorizados



Companhia Aberta CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62 NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50° ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

pleno conhecimento de todos, os quais foram disponibilizados na sede da Companhia, bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, da B3 — Brasil, Bolsa e Balcão e da Companhia, desde a publicação do Edital de Convocação, em conformidade com as disposições da Lei das S.A. e das Instruções CVM n° 481/2009 e nº 565/2015.

O Sr. Presidente esclareceu que, como era de conhecimento de todos, a Assembleia tinha por objetivo principal discutir e deliberar sobre a incorporação pela Companhia de sua subsidiária integral, TDATA ("Incorporação").

Complementou informando que, por meio da Incorporação, o que se pretende é a padronização da prestação dos serviços, a simplificação da estrutura organizacional e societária atual da Companhia, bem como auxílio na integração dos negócios dessa com a TDATA.

Adicionalmente, o Sr. Presidente da Assembleia ressaltou que a Incorporação foi previamente analisada pelo Comitê de Auditoria e Controle, apreciada pelo Conselho Fiscal, e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, os quais foram favoráveis a todos os itens da ordem do dia que lhes competiam.

Por fim, informou que a pretendida Incorporação não resultará em aumento de capital da Companhia, tampouco na emissão de novas ações pela Companhia, de modo que a Incorporação não acarretará qualquer alteração nas participações acionárias dos atuais acionistas da Companhia, uma vez que a Companhia já tem registrado em seu patrimônio líquido o valor da totalidade das ações da TDATA, não havendo, também, que se falar em substituição de ações de acionistas não controladores da TDATA por ações da Companhia, dado que a Companhia é a única acionista da TDATA, bem como não acarretará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia capatria com los pessoos naturais de companhia de a companhia de acarretará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia de acarretará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia de acarretará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia de acarretará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia de acarretará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia de acarretará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia de acarretará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia de acarretará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia de acarretará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia de acarretará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia de acarretará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia de acarretará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia de acarretará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia de acarretará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia de acarretará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia de acarretará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia de acarretará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia de acarretará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia de acarretará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia de acarretará

OTON DETECTIBITÉ CIVIL DAS PESSOAS NATURNAS DO 34º SUBDISTRITO CERQUEIRA CESAR RUA FREI CANECA 371 SP CAPILLAM ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUNHA OFICIAL Aduatione esta cópia reprográfica, exiguida postás serventia Aqual confere com o original. De due sod fe







Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62
NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50º ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

Após os esclarecimentos acima, os senhores acionistas apreciaram as matérias constantes da Ordem do Dia, conforme abaixo, sendo recepcionadas e autenticadas as indicações de voto pela Secretária da Mesa, e deliberaram o quanto segue:

- (1) Ratificar, por unanimidade de votos dos acionistas presentes (conforme mapa de votação constante do <u>Anexo I</u>), a nomeação da empresa especializada BDO RCS Auditores Independentes S.S., para elaboração do Laudo de Avaliação TDATA, para fins da incorporação do patrimônio líquido da TDATA pela Companhia.
- (2) Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas presentes (conforme mapa de votação constante do <u>Anexo I</u>), todos os termos e condições do Protocolo de Incorporação, constante deste instrumento como seu <u>Anexo II</u>. O Protocolo de Incorporação estabelece os termos e condições gerais da operação de Incorporação pretendida, as suas justificativas e o critério de avaliação do patrimônio líquido da TDATA a ser incorporado pela Companhia.
- (3) Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas presentes (conforme mapa de votação constante do <u>Anexo I</u>), o Laudo de Avaliação TDATA, elaborado com base no seu valor contábil na data de 30 de setembro de 2018, o qual estabelece que o valor do patrimônio líquido da TDATA a ser incorporado pela Companhia é de R\$ 1.691.435.625,47 (hum bilhão, seiscentos e noventa e um milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais e quarenta e sete centavos), tudo em conformidade com o previsto no Protocolo de Incorporação. O Laudo de Avaliação TDATA é parte integrante da presente ata como <u>Anexo A</u> do Protocolo de Incorporação.

(4) Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas presentes (conforme mapa de votação constante do <u>Anexo I</u>), a incorporação, pela Companhia, da incorporação, de incorporaçõo, de incorporaçõo, de incorporaçõo,





4



Companhia Aberta CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62 NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50º ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

pelo valor descrito no Laudo de Avaliação TDATA, sem alteração do capital social da Companhia, em conformidade com o Protocolo de Incorporação, já aprovado e anexo ao presente instrumento. Fica registrado que, conforme consta do Protocolo de Incorporação, a Incorporação deverá produzir efeitos operacionais para as sociedades envolvidas a partir de 1º de dezembro de 2018.

(5) Aprovar, em decorrência da Incorporação, por unanimidade de votos dos acionistas presentes (conforme mapa de votação constante do Anexo I), a alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia para complementação do objeto social da Companhia de forma a prever as atividades atualmente desenvolvidas pela TDATA e, indiretamente, pela própria Companhia. Fica consignado que, em virtude da complementariedade e caráter acessório das atividades a serem incluídas no objeto social da Companhia, a Incorporação não acarretará em alteração do seu ramo de negócios nem de sua finalidade social. Ademais, como referidas atividades vem sendo exercidas pela TDATA, uma subsidiária integral da Companhia, tais atividades já são indiretamente exercidas pela Companhia. Portanto, não haverá efetiva mudança do objeto social da Companhia, não havendo que se falar em direito de recesso aos seus acionistas, de que tratam os artigos 136, incisos IV e VI, e 137 da Lei das S.A. Assim, o artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação:

"Art. 2 - A Sociedade tem por objeto:

a) a exploração de serviços de telecomunicações;

a) a exploração de serviços de telecomunicações, b) o desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas;

c) A exploração de serviços de valor adicionado, incluindo, disponibilização sem cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto, aplicativos e

congêneres;
d) A exploração de soluções integradas, gestão e prestação de serviços
relacionados a: (i) data center, incluindo hospedagema e observação de serviços
relacionados a: processamento e gerenciamento de Adam Serviços estados esta







Companhia Aberta CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62 NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50° ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

textos, imagens, vídeos, aplicativos e sistemas de informações e congêneres; (iii) tecnologia da informação; (iv) segurança da informação e da comunicação; (v) telecomunicações; e (vi) sistemas de segurança eletrônica relacionados a roubo, intrusão, incêndio e outros; e e) Licenciamento e sub-licenciamento de softwares de qualquer natureza.

Parágrafo Único - Na consecução do seu objeto, a Sociedade poderá incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, bem como:

I - participar do capital de outras empresas, inclusive visando ao cumprimento da política nacional de telecomunicações:

 II - constituir empresas e/ou subsidiárias para a execução de atividades compreendidas no seu objeto e que se recomende sejam descentralizadas; III - promover a importação de bens e serviços necessários à execução de

atividades compreendidas no seu objeto;

IV - prestar serviços de assistência técnica às empresas do setor de telecomunicações, executando atividades de interesse comum;

V - gerir e prestar serviços de manutenção, assistência e suporte técnico em informática e em equipamentos relacionados às atividades da Sociedade;

VI - prestar serviços de consultoria relacionadas às atividades da Sociedade; VII - elaborar, implantar e instalar projetos relacionados às atividades da

VIII - gerir e prestar serviços de engenharia e executar obras de construção civil e correlatas, necessárias para a execução de projetos relacionados às atividades da Sociedade;

IX - prestar serviços de monitoramento relacionados às atividades da Sociedade;

X - prestar serviço de intermediação de negócios em geral; e

XI – comercializar e locar equipamentos e materiais necessários ou úteis à exploração de suas atividades, incluindo equipamentos de precisão, medição e sensores eletrônicos:

XII - efetuar atividades de estudos e pesquisas, visando ao desenvolvimento do setor de telecomunicações;

XIII - celebrar contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades, objetivando assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das atribuições responsabilidades; e

XIV - exercer outras atividades afins ou correlatas que lhe foremetribuídas pel Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL."

DO 34° SUBDISTRITO RUA FREI CANECA 3 ADOLPHO JOSÉ BASTOS TO DINIZ REZENDE JUNIOR ON MARQUES CARDOZO DOS SANTOS UCIANO PEREIRA ROCHA

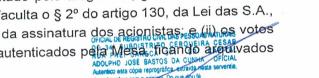
Escreventes Autorizados



Companhia Aberta CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62 NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50° ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

- (6) Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas presentes (conforme mapa de votação constante do Anexo I), a consolidação do Estatuto Social da Companhia, considerando as alterações deliberadas nesta Assembleia, passando o mesmo a fazer parte do presente instrumento como seu Anexo III.
 - Aprovada a operação, foram autorizados os Administradores da Companhia a praticarem todos os atos que se fizerem necessários à formalização das operações acima aprovadas perante os órgãos públicos e terceiros em geral.
- (7) Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas presentes (conforme mapa de votação constante do Anexo I), conforme solicitação apresentada pelo acionista controlador Telefónica S.A., a destituição do membro do Conselho de Administração indicado pelo acionista controlador, Sr. Ramiro Sánchez de Lerín Garcia-Ovies, espanhol, casado, advogado, portador do Passaporte nº AAJ946379, residente e domiciliado em Madrid, Espanha, com endereço comercial em Gran Vía, 28, na Cidade de Madrid, Espanha, 28013, eleito na 18ª Assembleia Geral Ordinária e 46ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2016, sendo que tal cargo permanecerá temporariamente vago até posterior eleição do novo titular.
- 7. MAPA DE VOTAÇÃO: Em atendimento ao artigo 30, parágrafo 4º, da Instrução CVM nº 480/09, o mapa de votação é firmado pelo Presidente e pela Secretária da presente Assembleia, e é parte desta ata como seu Anexo I, indicando quantidade de aprovações, rejeições e abstenções que cada deliberação recebeu.
- 8. ENCERRAMENTO: Nada mais a ser tratado, o Presidente da Assembleia declarou encerrados os trabalhos, ficando cientes os representantes dos acionistas da sua lavratura em forma de sumário, como facultado pelo artigo 130, § 1º da Lei das S.A. Ficou consignado, ainda, que: (i) conforme faculta o § 2º do artigo 130, da Lei das S.A., a publicação da ata será feita com omissão da assinatura dos acionistas; es libros votos por escrito, foram recebidos, numerados e autenticados pela Mesa ricando a comunidades









Companhia Aberta CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62 NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 50ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

na sede da Companhia, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. A ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: (aa) Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira - Presidente da Assembleia, representando a Administração; Carolina Simões Cardoso - Secretária da Assembleia. Acionistas: SP TELECOMUNICAÇÕES PARTICIPAÇÕES LTDA., p.p. Carolina Simões Cardoso; TELEFÓNICA LATINOAMÉRICA HOLDING, S.L., p.p. Carolina Simões Cardoso; TELEFÓNICA S.A., p.p. Carolina Simões Cardoso; TELEFÓNICA CHILE S.A., p.p. Carolina Simões Cardoso; ABERDEEN CHILE FUND, INC.; BRANDES GLOBAL EQUITY INCOME FUND; BRANDES GLOBAL OPPORTUNITIES VALUE FUND; BRANDES INSTITUTIONAL EQUITY TRUST; JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD. STB BRAZIL STOCK MOTHER FUND, representados por CITIBANK N.A., p.p. Diane Flávia Maia de Oliveira; ABERDEEN GLOBAL BRAZIL EQUITY FUND; ABERDEEN GLOBAL EMERGING MARKETS INFRASTRUCTURE EQUITY FUND, representados por Banco BNP Paribas Brasil S.A., p.p. Diane Flávia Maia de Oliveira. Outros: Flávio Stamm - Conselheiro Fiscal; Cremênio Medola Netto - Conselheiro Fiscal; Charles Edwards Allen - Conselheiro Fiscal; Antonio Gonçalves de Oliveira -Conselheiro de Administração; Francisco de Paula dos Reis Júnior - BDO RCS Auditores Independentes S.S.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata da 50ª Assembleia Geral Extraordina riaqueda Telefônica Brasil S.A., realizada em 30 de novembro de 2018, lavrada em livrografosta

Carolina Simões Cardoso

Jurolina

Secretária da Assembleia

CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62 NIRE 35.3.0015881-4 Companhia Aberta

ATA DA 50ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

RENATO DINIZ REZENDE JUNIOR
EDERSON MÁ POUES CARDOZO DOS SAUDOS
ELUCIANO PERGIRA ROCHA

ESCREVENTES AUTORIO

1 1 5 3 0 3

			RESULTADO DA VOTAÇÃO	Redação que Consta na Ata da AGE	Aprovado por unanimidade de votos	Aprovado por unanimidade de votos	Aprovado por unanimidade de votos	Aprovado por unanimidade de votos	Aprovado por unanimidade de votos	Aprovado por unanimidade de votos	Aprovado por unanimidade de votos		
	INÁRIA DA VEMBRO DE 2018		ABSTER-SE	Número de ações ON	0	0	0	0	0	0		waternes	Carolina Simões Çâ'doso Secretária da Aszembleia
	ATA DA 50ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018	Anexo I - Mapa de Votação	REJEITAR	Número de ações ON	0	0	0	0	0	0	0	Jana	7
	DA 50ª ASSEMBLEI. 3A BRASIL S.A. REAI	Anexo I -	APROVAR	Número de ações ON	541.239.043	541.239.043	541.239.043	541.239.043	541.239.043	541.239.043	541.239.043	XCC/ Year	Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira Presidente da Assembleia
DO 34° S RUA FRE ADOLPHO	REGISTRO CIVIL DAS PESS SUBDISTRITO CERROU I CANECA 371 S JOSE BASTOS DA CU sa cópie reprográfica entral ero com o original Do post sin	The Part of A	34	O 82 Your	(1) tomar ciência e ratificar a nomeação da empresa de avaliação especializada, responsável pela elaboração do laudo	de avanação do presimento de profocolo de Incorporação.	(2) apreciar e deliberar acerca do Laudo de Avaliação TDATA.	(4) deliberar e aincorporação da TDATA pela Companhia (5) deliberar e aincorporação da TDATA pela Companhia (5) deliberar e aincorporação da TDATA pela Companhia	e a sua imprementa de incorporação proposta, sobre (5) deliberação, en decorrência da incorporação proposta, sobre (5) alteração, do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia.	(6) deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia.	(7) deliberar sobre a destituição de membro do Conselho de Arministração indicado pelo Acionista Controlador.	Aumilian	Breno F Presider

6



Companhia Aberta CNPJ/MF n.º 02.558.157/0001-62 NIRE 35.3.0015881-4

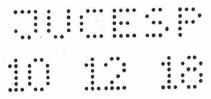
ATA DA 50° ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018

Anexo II

Protocolo de Incorporação







PROTOCOLO E INSTRUMENTO DE JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO

DA

TELEFÔNICA DATA S.A.

PELA

TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas, por seus respectivos Diretores, têm entre si certo e ajustado celebrar o presente Protocolo e Instrumento de Justificação de Incorporação ("Protocolo"), de acordo com os artigos 224, 225, 226 e 227 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), observando-se as disposições aplicáveis da Instrução nº 565, de 15 de junho de 2015, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"):

- (a) TELEFÔNICA BRASIL S.A., sociedade por ações de capital aberto com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Eng. Luiz Carlos Berrini, nº 1376, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.558.157/0001-62, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Telefônica" ou "Incorporadora"); e
- (b) TELEFÔNICA DATA S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, com sede na Avenida Tamboré, nº 341 Parte, Bairro Alphaville, CEP 06460-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 04.027.547/0036-61, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("TDATA" ou "Incorporada");

Sendo Telefônica e TDATA, designadas conjuntamente "Partes" ou "Companhias".

1. JUSTIFICAÇÃO.

CONSIDERANDO que a TDATA é subsidiária integral da Telefônica;

CONSIDERANDO QUE a TDATA tem como objeto social principal a exploração de serviços de valor adicionado, incluindo, disponibilização sem cessão definitiva, de





les



conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto, aplicativos e congêneres e a exploração de soluções integradas;

CONSIDERANDO QUE as atividades desenvolvidas pela TDATA são complementares ao objeto social da Telefônica, exploradora de serviços de telecomunicações e que desenvolve também atividades necessárias ou uteis à execução desses serviços, conforme as concessões, autorizações e permissões a ela outorgadas, uma vez que a TDATA desenvolve atividades adicionais e complementares às desenvolvidas por sua controladora e que acrescentam, ao serviço de telecomunicações, novas utilidades; e

CONSIDERANDO QUE, em virtude da complementariedade dos objetos sociais das Partes, a consolidação das atividades atualmente desenvolvidas por cada uma delas em uma única sociedade mostra-se operacionalmente viável e benéfica por minimizar custos e simplificar processos;

As Partes entendem que a incorporação da TDATA pela Telefônica, nos termos e condições deste Protocolo se justifica, pois, além da padronização da prestação dos serviços, bem como visa a simplificar a estrutura organizacional e societária atual da Telefônica.

2. CAPITAL SOCIAL DA TELEFÔNICA E DA TDATA

- 2.1. Capital Social da Telefônica: O capital social atual subscrito e integralizado da Telefônica é de R\$ 63.571.415.865,09 (sessenta e três bilhões, quinhentos e setenta e um milhões, quatrocentos e quinze mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e nove centavos), representado por 1.690.984.923 (um bilhão, seiscentos e noventa milhões, novecentas e oitenta e quatro mil, novecentas e vinte e três) ações nominativas escriturais e sem valor nominal, sendo 571.644.217 (quinhentos e setenta e um milhões, seiscentas e quarenta e quatro mil, duzentas e dezessete) ações ordinárias e 1.119.340.706 (um bilhão, cento e dezenove milhões, trezentas e quarenta mil, setecentas e seis) ações preferenciais.
- 2.2. Capital Social da TDATA: O capital social atual subscrito e integralizado da TDATA é de R\$ 578.114.259,52 (quinhentos e setenta e oito milhões, cento e quatorze mil, duzentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), dividido em 2.704.122.564 (dois bilhões, setecentos e quatro milhões, cento e vinte e duas mil e quinhentas e sessenta e quatro) ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.



- 3. INCORPORAÇÃO, AVALIAÇÃO É PATRIMONIO DA INCORPORADA.
- **3.1. Incorporação:** A incorporação está sujeita à aprovação em Assembleias Gerais Extraordinárias da TDATA e da Telefônica (cf. item 5.1, *infra*), a serem tempestivamente convocadas para que sejam realizadas em 30 de novembro de 2018. Caso aprovada na data prevista para a realização das assembleias, a incorporação deverá produzir efeitos operacionais para as sociedades envolvidas a partir de 1º de dezembro de 2018.
- 3.2. Data-Base e Avaliação: Com a incorporação, o patrimônio líquido da TDATA será integralmente absorvido pela Telefônica. O patrimônio líquido da TDATA a ser incorporado pela Telefônica foi avaliado com base no seu valor contábil, na data-base de 30 de setembro de 2018 ("Data-Base"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("Laudo de Avaliação"). O Laudo de Avaliação, em conformidade com o disposto no art. 227 da Lei das S.A., foi preparado pela empresa de avaliação independente BDO RCS Auditores Independentes S.S., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.276.936/0001-79, ad referendum dos acionistas das Partes deste Protocolo, e se encontra anexo ao presente Protocolo como Anexo A.
- 3.3. Variações Patrimoniais: Em cumprimento ao artigo 224, III, da Lei das S.A., as variações patrimoniais ocorridas na TDATA entre a Data-Base e a efetivação da incorporação serão absorvidas pela Telefônica.
- 3.4. Patrimônio Líquido: Considerando-se o Laudo de Avaliação, o valor total do patrimônio líquido da TDATA na Data-Base, avaliado pelo seu valor contábil na Data-Base e que será incorporado pela Telefônica, perfaz o montante de R\$ 1.691.435.625,47 (hum bilhão, seiscentos e noventa e um milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais e quarenta e sete centavos).
- 3.5. Extinção da TDATA: Com a incorporação e a consequente versão de todo o patrimônio para a Telefônica, a TDATA será extinta nos termos do artigo 227 da Lei das S.A., as ações de sua emissão serão canceladas cf. o item 4.2 infra, cabendo aos administradores da Telefônica promoverem o arquivamento e publicação dos atos da operação e o ajuste dos livros e registros pertinentes.
- 4. CAPITAL DA INCORPORADORA, SUBSTITUIÇÃO DE AÇÕES, DIREITOS POLÍTICOS E PATRIMONIAIS.
- 4.1. Capital da Incorporadora: Em consequência da incorporação, conforme descrita acima, não haverá aumento de capital da Incorporadora tampouco alteração da





participação de seus acionistas, uma vez que a Telefônica já tem registrado em seu patrimônio líquido o valor da totalidade das ações da TDATA.

- Tratamento das Ações da Incorporada: Considerando que a TDATA é 4.2. subsidiária integral da Telefônica (inexistindo, portanto, acionistas minoritários na TDATA), em decorrência da incorporação, as ações de emissão da TDATA serão canceladas e extintas, conforme faculta o artigo 226, parágrafo 1º da Lei das S.A.
- Inexistência de relação de substituição e de avaliação de patrimônios 4.3. líquidos a preços de mercado para fins do artigo 264 da Lei das S.A.: Tendo em vista que a TDATA é subsidiária integral da Telefônica, não há relação de substituição de ações de minoritários da Incorporada por ações da Incorporadora. Nos termos do disposto na Deliberação CVM nº 559/08 e de acordo com o entendimento da Superintendência de Relações com Empresas - SEP, não se justifica a "elaboração de laudo com base no valor do patrimônio líquido das ações da controladora e da controlada, avaliados os dois patrimônios segundo os mesmos critérios e na mesma data, a preços de mercado" prevista no art. 264 da Lei das S.A. e no artigo 8º da Instrução CVM 565/15.
- DEMAIS CONDIÇÕES APLICÁVEIS À INCORPORAÇÃO. 5.
- Atos Societários: Serão realizadas Assembleias Gerais Extraordinárias da TDATA e da Telefônica, para apreciação e deliberação a respeito da incorporação, especialmente para: (a) aprovação do presente Protocolo; (b) ratificação da nomeação da empresa de avaliação independente; (c) aprovação do Laudo de Avaliação; (d) aprovação da incorporação; (e) complementação do objeto social da Telefônica de forma a detalhar as atividades atualmente desenvolvidas pela TDATA e, indiretamente, pela própria Telefônica; e (f) autorização à administração da TDATA e da Telefônica a praticar todos os atos necessários para sua implementação.
- Inexistência de Direito de Recesso: Caso a incorporação seja aprovada, as 5.2. atividades desenvolvidas pela TDATA, complementares às atividades desenvolvidas pela Telefônica, deverão ser acrescidas ao objeto social da Incorporadora, por meio de alteração do seu Estatuto Social a ser deliberada no mesmo ato. Em virtude da complementariedade e caráter acessório das atividades a serem incluídas no objeto social da Incorporadora, a incorporação não acarretará em alteração do seu ramo de negócios nem de sua finalidade social. Ademais, como referidas atividades vem sendo exercidas pela TDATA, uma subsidiária integral da Telefônica, tais atividades já são indiretamente exercidas pela Incorporadora. Portanto, não haverá efetiva mudança do objeto social da Telefônica, não havendo que se falar em direito de recesso aos acionistas da incorporadora, de que tratam os artigos 136, incisos IV e VI, e 137 da Lei das S.A. REGISTOS CONCOR

28

EDERSON MARQUES CARDOZO DOS SANTOS LUCIANO PEREIRA ROCHA Escreventes Autorizados

NATO TINIZ REZENDE JUN

Página 4 de 5



- Sucessão: A Incorporadora sucederá a TDATA em seus direitos e obrigações, respondendo pelas obrigações da TDATA nos termos do disposto nos artigos 227 e 232, da Lei das S.A.
- Autorização: Os Diretores da Incorporadora e da Incorporada ficam responsáveis 5.4. e autorizados a tomarem as medidas necessárias para a implementação dos termos e condições pactuados neste Protocolo, nos termos da legislação aplicável.
- Foro: Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para 5.5. dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste Protocolo.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 08 (oito) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com duas testemunhas.

São Paulo, 30 de outubro de 2018.

Telefônica Brasil S.A.

Eduardo Navarro de Carvalho

Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira

Telefônica Data S.A.

David Melcon Sanchez-Friera

Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira

Testemunhas:

Nome: PABLO A. P. GUBERT RG: 6.092.359-0/Pa

Nome: JULIANA C. SAMPALO TOURINHO

RG: 0837421667

agina 5 de 5 BASTOS DA CU

Escreventes Autor TAILE 1 02.8 AS 0 1 2 3 6 2 0









Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos Livros Contábeis

Em 30 de setembro de 2018





Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos Livros Contábeis

Conteúdo



Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos Livros Contábeis

Anexo I - balanço patrimonial levantados em 30 de setembro de 2018

Anexo II - notas explicativas da Administração sobre as práticas contábeis adotadas para o balanço patrimonial



Tel.: +55 11 3848 5880 Fax: + 55 11 3045 7363 www.bdobrazil.com.br Rda Majol Quediñho 90 Consolação - São Pauto, SP - Brasil 01050-030

LAUDO DE AVALIAÇÃO CONTÁBIL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTÁBIL APURADO POR MEIO DOS LIVROS CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Telefônica Data S.A. São Paulo - SP

A BDO RCS Auditores Independentes S.S., sociedade estabelecida na capital do Estado de São Paulo, na Rua Major Quedinho, n°90, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o n° 54.276.936/0001-79, registrada originariamente no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) do Estado de São Paulo sob o n° 2 SP 013846/0-1, tendo como responsável técnico Francisco de Paula dos Reis Júnior, portador do RG n° 9.448.100, inscrito no CPF sob o n° 007.190.878-13, registrado no CRC sob o n° 1 SP 139268/0-6, residente e domiciliado em São Paulo - SP, com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada perita pela Administração da Telefônica Data S.A. ("Companhia") para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil em 30 de setembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos:

1. Objetivo da avaliação

A avaliação do patrimônio líquido contábil em 30 de setembro de 2018 da Telefônica Data S.A. tem por objetivo único, registrar a avaliação, pelo valor do patrimônio líquido apurado por meio dos livros contábeis da Companhia, para fins de incorporação total pela sua controladora Telefônica Brasil S.A.

A Incorporação visa simplificar a estrutura societária da **Telefônica Brasil S.A.** e a concentração de prestação de serviço da Companhia, como parte de um processo continuo de simplificação e promoção de um ambiente de convergência no relacionamento da Telefônica Brasil S.A., com os seus clientes.

Responsabilidade da Administração sobre as informações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela escrituração dos livros e preparação de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia está descrito no Anexo II, ao final deste relatório.

3. Alcance dos trabalhos e responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Telefônica Data S.A. em 30 de setembro de 2018, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTA 20 (R1) aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que prevê a aplicação de procedimentos de exame de auditoria no balanço patrimonial da Companhia. Assim, efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração do nosso laudo está livre de distorções relevantes.







Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

4. Conclusão

Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o patrimônio líquido contábil é de R\$ 1.691.435.625,47, conforme balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2018, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I, ao final deste relatório, e, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Telefônica Data S.A., avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 17 de outubro de 2018.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/0-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior Contador CRC 1-SP 139268/0-6

OFICIAL DE REGISTRO DA POPULA DE REGISTRO DA POPULA DE REGISTRO DA POPULA DEL PARE LA PREI CANECA DE POPULA DE PARE LA PREI CONTROLLA POPULA DE PARE LA POPULA DE PARE LA POPULA DE PARE LA POPULA DE PARE LA POPULA DE PARE

340 28 MAR. 2019

RENATO DINIZ REZENDE JUDIOR

EDERSON MARQUES CAREOZO DOS SANTOS

LICIANO PEREIRA ROCHA

Escreventes Autorizados



TELEFÔNICA DATA S.A. - MINUTA

Balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2018 (Valores expressos em Reais)

		Passivo e patrimônio líquido	
Ativo			
	7 754 454 454 45	Passivo circulante	1.270.376.244,19
Ativo circulante	2.521.322.32	sicinos populários conisis	64.044.648.94
exist ob softo levings and a	255.426.212,31	Pessoal, encargos e penencios sociais	
Calxa e equivalentes de caixa	838.330.901,63	Fornecedores	866.541.882,28
Contas a receber	36.073.121.41	Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	75.384.775,88
Estoques	131 229.64	Impostos, taxas e contribuições a recolher	70.138.558,47
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8 857 449 78	Receitas diferidas	1.161.284,97
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	188 835.21	Obrigações com empresas do grupo	183.903.643,99
Depósitos e bloqueios judiciais	15.334.888,43	Outros passivos	9.201.449,66
Despesas antecipadas	118.628.110,35		
Dividendos e juros sobre o capitas proprio	971.503.366,78	Passivo não circulante	57.828.292,68
Creditos com empresas do grupo	12.887.541,51	Pessoal, encargos e benefícios sociais	1.897.775,54
Outros ativos		Impostos, taxas e contribuições a recolher	19.594.570,50
	762.283.505.79	Provisões	27.234.648,21
Ativo não circulante		Outros passivos	9.101.298,43
Realizável a longo prázo	351.370.603,11		1.328.204.536.87
www.mrfontasa.receber	157.684.778,10	Total do passivo	
In the property of a Renda e Contribuição Social diferidos	154.486.698,52		• •
Series of Monteins indicials	35.061.385,44		
September 2 control of the control o	3.984.421,81	Patrimônio líquido	1.691.435.625,47
SO SE O S	14.282,74	Capital social	74,67114.77
Se of editor com empresas do grupo	139.036,50	Transações de capital	
one of the stivos	300.226.577,72	Reservas de capital	1.138.988,11
noper and an analysis of the state of the st	92.430.692,93	Reservas de lucro	115.622.851,90
A SHE SECOND SEC	18,255,632,03	Lucros acumulados	1.055.588.654,79
TAL			3.019.640.162.34
Total do ativo	3.019.640.162,34	Total do passivo e patimionio nytroo	

Este anexo é parte integrante do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil, apurado por meio dos Lívros Contábeis, datado de 30 de setêmbro de 2018.

AUTO 28 A S 0 1 2 3 6 2 4 TO SCIENCE AUTORIZADOS DA SO 1 2 3 6 2 4 TO SCIENCE AUTORIZADOS DE SECREVENTES AUTORIZADOS DE SECREVENT

Anexo II
Laudo de avaliação apurado por meio dos Livros Contábeis
Notas explicativas da Administração sobre as práticas contábeis adotadas para o balanço patrimonial
Em 30 de setembro de 2018
(Em Reais)

1. A Companhia e suas operações

a) Informações gerais

A Telefônica Data S.A. ("Companhia" ou "TData"), tem sua sede à Av. Tamboré n° 341, parte, no Município de Barueri no Estado de São Paulo, foi constituída em 3 de agosto de 2000, sob forma de Sociedade Anônima de capital fechado, como subsidiária integral da Telefônica Brasil S.A. ("Telefônica Brasil").

A TDATA tem por objeto: (I) A exploração de serviços de valor adicionado, incluindo, disponibilização sem cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto, aplicativos e congêneres; (II) A exploração de soluções integradas, gestão e prestação de serviços relacionados a: (a) data center, incluindo hospedagem e colocation; (b) armazenamento, processamento e gerenciamento de dados, informações, textos, imagens, vídeos, aplicativos e sistemas de informações o consociamento. informações e congêneres; (c) tecnologia da informação; (d) segurança da informação e da comunicação; (e) telecomunicações; e (f) sistemas de segurança eletrônica relacionados a roubo, intrusão, incêndio e outros; (III) Licenciamento e sub-licenciamento de softwares de qualquer natureza; (IV) A gestão e prestação de serviços de manutenção, assistência e suporte técnico em informática e de equipamentos relacionados às atividades da Companhia; (V) Prestação de serviços de consultoria relacionadas às atividades da Companhia; (VI) A prestação e exploração de serviços de telecomunicações; (VII) Comercialização e locação de equipamentos e materiais necessários ou úteis à exploração de suas atividades, incluindo equipamentos de precisão, medição e sensores eletrônicos; (VIII) Elaboração, implantação e instalação de projetos relacionados às atividades da Companhia; (IX) Gestão e prestação de serviços de engenharia e execução de obras de construção civil e correlatas, necessárias para a execução de projetos relacionados às atividades da Companhia; (X) Prestação de serviços de monitoramento relacionados às atividades da Companhia; e (XI) A prestação de serviço de intermediação de negócios em geral. Na consecução do seu objeto, a Companhia poderá incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, bem como: I - participar do capital de outras empresas; II constituir empresas e/ou subsidiárias para a execução de atividades recomende compreendidas no seu objeto e que se descentralizadas; III - promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto; e IV - celebrar contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ouppentidades es pessoas objetivando assegurar a operação dos serviços, sem prejutable de atribuições e responsabilidades.

340 28 MAR. Z019

GENARO DINILARZIENDE JUNIOR
EDERSON MARQUES CARCOZO DOS SANTOS

LUCIANO PEREIRA ROCHA

Escreventes Autorizados

Anexo II
Laudo de avaliação apurado por meio dos Livros Contábeis
Notas explicativas da Administração sobre as práticas contábeis adotadas para o balanço patrimonial
Em 30 de setembro de 2018
(Em Reais)

2. Base de elaboração e apresentação do balanço patrimonial

O balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 está sendo apresentado para fins de avaliação do patrimônio líquido contábil em 30 de setembro de 2018 da Telefônica Data S.A. e tem por objetivo único, registrar a avaliação, pelo valor do patrimônio líquido apurado por meio dos Livros Contábeis da Companhia, para fins de incorporação total pela sua controladora integral Telefônica Brasil S.A.

O balanço patrimonial foi preparado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e às Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O balanço patrimonial da Companhia foi preparado e está apresentado em Reais, que é a moeda funcional. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Um ativo ou passivo é registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data base do balanço patrimonial, caso contrário será registrado como não circulante.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Aplicações financeiras se qualificam como equivalente de caixa quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações.

b) Contas a receber

Estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas, líquido das perdas estimadas para redução ao valor recuperável. Inclui os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data do balanço. As perdas estimadas para redução ao valor recuperável são constituídas em montante suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

Adult confere com o original To que der la Adult confere com o origi

7

Anexo II
Laudo de avaliação apurado por meio dos livros Contabeis
Notas explicativas da Administração sobre as práticas contábeis adotadas para o balanço patrimonial
Em 30 de setembro de 2018
(Em Reais)

c) Estoques

São avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Compreende os materiais destinados a consumo, manutenção ou revenda. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda.

As perdas estimadas para redução ao valor realizável são constituídas para os materiais e aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas pela Companhia em um período razoável de tempo.

d) Despesas antecipadas

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados relativos a serviços contratados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

e) Investimentos

A participação societária em controladas está avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações após a aquisição da participação societária. A demonstração dos resultados reflete a parcela dos resultados das operações das controladas.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

OPIOLIC DE READ TO CONTROL OF SECURITION OF SECURITI

RENATO DINZ REZENDE TUNOR 8

EDENSON MARQUES CARDEZO DOS SANTOS

LUCIANO, PEREJEA ROCHA

Escreventes Autorizados

Anexo II Laudo de avaliação apurado por meio dos Livros Contábeis

Notas explicativas da Administração sobre as práticas contábeis adotadas para o balanco patrimonial

Em 30 de setembro de 2018

(Em Reais)

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre estes investimentos. Anualmente, a Companhia determina se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração dos resultados.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as controladas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das investidas no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

f) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. O referido custo inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação e que não melhora a funcionalidade ou aumenta a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados, quando incorridos.

O valor presente dos custos estimados a incorrer na desmontagem de ativo imobilizado (equipamentos em imóveis alugados) é capitalizado no custo do correspondente ativo em contrapartida à provisão para desmantelamento de ativos e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, a qual não é superior ao prazo de locação.



Anexo II

Laudo de avaliação apurado por meio dos Livros Contábeis

Notas explicativas da Administração sobre as práticas contábeis adotadas para o balanco patrimonial

Em 30 de setembro de 2018

(Em Reais)

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos no resultado do período em que o ativo for baixado.

g) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicáveis. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração dos resultados no período em que for incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

A Companhia possui apenas ativos intangíveis com vida útil definida, que são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

RUA FREI CANECA 371 SP ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUMMA Autentico está cópia reprográfica, extragia per A qual confere con lo original Do portad de

34° 2 8 MAR. 2019

RENATO PINIZ REZENDE TOTALOR

EDERSON MARRIOES CARDOZO DOS SANTOS

LUCIANO PEREIRA ROCHA

Escreventes Autorizados

Anexo II

Laudo de avaliação apurado por meio dos Livros Contábeis

Notas explicativas da Administração sobre as práticas contábeis adotadas para o balanço patrimonial

Em 30 de setembro de 2018

(Em Reais)

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que o ativo for baixado.

h) Arrendamento mercantil

A caracterização de um contrato de arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil financeiro como arrendadora, referente a aluguel de equipamentos de informática (Soluciona TI), para os quais reconhece na data de instalação uma receita pelo valor presente das parcelas do contrato em contrapartida nas contas a receber, classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição de arrendadora.

A diferença entre o valor nominal das parcelas e as contas a receber registradas é reconhecida como receita financeira com base no método da taxa de juros efetiva de acordo com a duração do contrato.

A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil operacional, em que o arrendador não transfere parte significativa dos riscos e benefícios, sendo seus efeitos reconhecidos no resultado do período ao longo do prazo contratual.

i) Análise de recuperabilidade dos ativos, não financeiros

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

RUA FREI CANECA 31 SP CAPITAL ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA OFICIAL Adultho OSE BASTOS DA CUNHA OFICIAL Adultho OSE COMPTENDE DO QUE GOULDE COMPTENDE COMPTENDO COMPTEN

Anexo II Laudo de avaliação apurado por meio dos Livros Contábeis

Notas explicativas da Administração sobre as práticas contábeis adotadas para o balanço patrimonial

Em 30 de setembro de 2018

(Em Reais)

As perdas em operações continuadas são reconhecidas na demonstração dos resultados em contas de despesas compatíveis com a função dos ativos.

Anualmente é efetuada uma avaliação dos ativos para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida.

A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: (i) receitas (projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado); (ii) custos e despesas variáveis (projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas); e (iii) investimentos de capital (estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços).

As premissas chave são baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para o período findo em 30 de setembro de 2018, visto que o valor recuperável excede o seu valor líquido contábil na data de avaliação.

OFICIAL DE REGISTRO CIMI. DAS PESSONS INTUITOR DO 341 SUBCISTRITO CERQUEIRA DES PRINCIPIOS DE CONTROL DE SERVICIO DE SERVICIO

Anexo II
Laudo de avaliação apurado por meio dos Livros Contábeis
Notas explicativas da Administração sobre as práticas contábeis adotadas para o balanço patrimonial
Em 30 de setembro de 2018
(Em Reais)

j) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde: (i) ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro; (ii) menos as amortizações de principal; e (iii) mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período.

Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

k) Mensuração do valor justo

Anualmente, a Companhia mensura os instrumentos financeiros e ativos não financeiros a valor justo.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.



Em 30 de setembro de 2018

Anexo II

Laudo de avaliação apurado por meio dos Livros Contábeis

Notas explicativas da Administração sobre as práticas contábeis adotadas para o balanço patrimonial

(Em Reais)

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Anualmente, para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo).

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme descrito anteriormente.

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2018, não houve transferências entre avaliações de valor justo de Nível 3 e Níveis 1 e 2.

l) Provisões

I.1) Geral

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do período pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como cíveis, trabalhistas e tributárias.

Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado us que la condições requeridas para apresentá-los líquidos de como provisão.

PENNO-PHITZ REZENDE JUNIOR
EDERSON MARQUES CARDOZO DOS SANTOS
LUCIANO PEREIRA ROCHA
Escreventes Autorizados

Anexo II
Laudo de avaliação apurado por meio dos Livros Contabeis
Notas explicativas da Administração sobre as práticas contábeis adotadas para o balanço patrimonial
Em 30 de setembro de 2018
(Em Reais)

1.2) Provisões para demandas judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias

A Companhia é parte em demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e regulatória, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

1.3) Provisão para desmantelamento de ativos

Referem-se aos custos a serem incorridos pela necessidade de ter que devolver os sites (localidades destinadas a instalações de equipamentos em imóveis alugados) aos proprietários nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

Estes custos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo.

Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes de imposto corrente que reflete os riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração dos resultados como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

m) Tributos

m.1) Tributos correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do período. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercisio en trata capital adolpho Jose Bastos Da Capital Responsable do C

Aqual confere com-e-figinal Do que dou fé

COLEGIO NOTARIALDO BRASIL

A qual confere com-e-figinal Do que dou fé

28 MAR 2019

340

A principal de la company de la confere com-e-figinal Do que dou fé

115303

115303

A UTENTICAÇÃO

15

Anexo II
Laudo de avaliação apurado por meio dos Livros Contábeis
Notas explicativas da Administração sobre as práticas contábeis adotadas para o balanço patrimonial
Em 30 de setembro de 2018
(Em Reais)

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

m.2) Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do período, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com diferidos investimentos em controladas, impostos reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do período e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do período e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão ou da sa diferenças temporárias pode ser controlado e é provavel dos as diferenças temporárias pode ser controlado e é provavel dos as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximos de as propositorios dos de controlados de diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximos de controlados de diferenças de provavel de controlados de diferenças de controlados de decontrolados de decont



Anexo II
Laudo de avaliação apurado por meio dos Livros Contábeis
Notas explicativas da Administração sobre as práticas contábeis adotadas para o balanço patrimonial
Em 30 de setembro de 2018
(Em Reais)

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária e que foram promulgadas na data do encerramento do período.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens diferido são reconhecidos de acordo com a transação que tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

n) Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina individualmente planos de aposentadoria para empregados ativos e aposentados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Anualmente, os planos de benefícios são avaliados atuarialmente, a fim de verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para formar a reserva necessária para ambos os compromissos atuais e futuros.

Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Para os planos com características de contribuição definida, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.



Anexo II
Laudo de avaliação apurado por meio dos Livros Contábeis

Notas explicativas da Administração sobre as práticas contábeis adotadas para o balanço patrimonial

Em 30 de setembro de 2018
(Em Reais)

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal - NTNs), deduzido do valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

Com a adoção do CPC 33 (Revisado) em 1º de janeiro de 2013, os custos atuariais reconhecidos na demonstração do resultado são limitados ao custo do serviço e custo de juros sobre a obrigação do plano de benefício definido. Qualquer mudança na mensuração nos ativos e obrigações dos planos é inicialmente reconhecida em outros resultados abrangentes e imediatamente reclassificada permanentemente para o resultado.

o) Participação dos empregados nos resultados

A Companhia tem obrigações decorrentes dos contratos de trabalhos com seus empregados, reconhecendo estas provisões durante o período. São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados.

Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas.

p) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquida to pa

340 2 8 MAR 2019
18
REMATO DINIZ REZENDE JUNIOR

RENARO DINIZ REZENDE JUNIOR

DEDERBON MARQUES CARDOZO DOS SANTOS

LUCIANO PEREIRA ROCHA

Escreventes Autorizados

Anexo II Laudo de avaliação apurado por meio dos Livros Contábeis

Notas explicativas da Administração sobre as práticas contábeis adotadas para o balanco patrimonial

Em 30 de setembro de 2018

(Em Reais)

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando: (i) espera-se realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) espera-se liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

q) Saldos e transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio (Ptax) na data da transação e convertidos subsequentemente usando a Ptax na data das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas resultantes da conversão desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos na demonstração do resultado.

r) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.



Anexo II
Laudo de avaliação apurado por meio dos Livros Contábeis
Notas explicativas da Administração sobre as práticas contábeis adotadas para o balanço patrimonial
Em 30 de setembro de 2018
(Em Reais)

Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, as despesas e os custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados no resultado financeiro na demonstração dos resultados por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

s) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do encerramento do período, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos, são descritas a seguir:

s.1) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para de caixa se extrapolação.

RENATO DINIZ BEZENCE-ULBUGAR

DEDERSON MÁRQUES CARDOZO DOS SANTOS

LUCIANO PEREIRA ROCHA

ESCREVENTES AUtorizados

Anexo II Laudo de avaliação apurado por meio dos Livros Contábeis Notas explicativas da Administração sobre as práticas contábeis adotadas para o balanco patrimonial Em 30 de setembro de 2018 (Em Reais)

s.2) Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos pósemprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

s.3) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

s.4) Ativo imobilizado e intangível de vida útil definida

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

> SUBDISTRITO CERQUEIRA OLSAR EI CANECA 371 SP CAPITAL O JOSÉ BASTOS DA CLAMA OFICIAL ISBA CÓDIA REPROGRÂNCIA MITAIDE RESEA SERVENTIA. co esta cópia reprográfi COLEGIO NOTARIAL DO AUTENTICAÇÃO ... LERSON MARQUES CARDOZO DOS SANTOS AU1028AS0123636 HEIANO PERFIRA ROCHA

Escreventes Autorizados

Anexo II
Laudo de avaliação apurado por meio dos Livros Contábeis
Notas explicativas da Administração sobre as práticas contábeis adotadas para o balanço patrimonial
Em 30 de setembro de 2018
(Em Reais)

Quando uma desvalorização é identificada no valor dos ativos tangíveis e intangíveis, é registrado um ajuste do valor na demonstração dos resultados do período. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização, bem como o montante esperado da mesma. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

s.5) Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

A Companhia avalia a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade da Companhia de gerar lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os saldos fiscais.

OPLICAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAL DO 34 SUBDISTRITO CERCUEIRA CE ANDERNO DA CUENTA DE SUBDISTRITO CERCUEIRA CE ANDERNO DA CUENTA DE SUBDISTRITO CERCUEIRA CE ANDERNO DA CUENTA ANDERNO DAS CUENTA CERCUEIRA CE ANDERNO DA CUENTA CARRIEDO BAIA COMPANDA DE SUBDISTRITO CERCUEIRA CE ANDERNO DA CUENTA ANDERNO DAS CUENTA CERCUEIRA CE ANDERNO DA CUENTA CARRIEDO BAIA COMPANDA DE SUBDISTRITO CERCUEIRA CE ANDERNO DA CUENTA CARRIEDO BAIA COMPANDA DE SUBDISTRITO CERCUEIRA CE ANDERNO DA CUENTA CARRIEDO BAIA COMPANDA DE COMP

340 2 8 MAR 2019

RENATO DINIZ REZENDE JÚNICR
EDERSON MARQUES CARCOZO DOS SANTOS
LUCIANO PEREIRA ROCHA
Z
EScreventes Autorizados

Anexo II
Laudo de avaliação apurado por meio dos Livros Contábeis
Notas explicativas da Administração sobre as práticas contábeis adotadas para o balanço patrimonial
Em 30 de setembro de 2018
(Em Reais)

s.6) Provisões para demandas judiciais tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia assumirá determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento do período, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

4) Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social realizado em 30 de setembro de 2018 era de R\$ 578.114.259,52. O capital subscrito e integralizado está representado por 2.704.122.564 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas de propriedade da Telefônica Brasil S.A., controladora e única acionista da Companhia.

Os acionistas poderão deliberar em Assembleia Geral específica sobre a criação de ações preferenciais nominativas sem direito a voto até o limite de dois terços do total das ações emitidas, com as preferências e vantagens que lhes forem atribuídas na emissão, observando o disposto no artigo 253 da Lei n° 6.404/76.

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

0 34° SUBDISTRITO CERQUEIRA CESAR
RUA FREI CANECA 371 SP CAPITAL
ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUMHA OFICIAL
Autentico esta cópia reprográfica, extraída nesta arrenta,
Aqual confere com o original Do que dou-te

RENATO DINV. REZENDE JUNIOR
FIDERSON MARQUES CARBODO DOS SANTOS
LUCIANO PEREJRA ROCHA

Escreventes Autorizados

23

EM BRANCO

Companhia Aberta CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 297º REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TELEFÔNICA BRASIL S.A.

- 1. DATA, HORA e LOCAL: 10 de junho de 2016, às 08:00, realizada na sede social da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"), na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, Bairro Cidade Monções, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
- 2. CONVOCAÇÃO e PRESENÇA: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os membros do Conselheiros de Administração, os quais subscrevem esta ata, conforme disposto no artigo 19, parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia.
- MESA: Eduardo Navarro de Carvalho Presidente da Reunião e Breno Rodrigo
 Pacheco de Oliveira Secretário da Reunião.
- DELIBERAÇÕES:
- 4.1. NOMEAÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO: Nos termos do artigo 14, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia, foi aprovada a nomeação do Conselheiro, Sr. Eduardo Navarro de Carvalho, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 52.558.558-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 531.710.556-00, residente e domiciliado em Madrid, Espanha, com endereço comercial à Ronda de la Comunicación s/nº, Edifício Central, 1ª Planta, na Cidade de Madrid, Espanha, 28050, como Presidente do Conselho de Administração da Companhia, para o novo mandato que se encerrará na data da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no ano de 2019.
- **4.2. ELEIÇÃO DOS MEMBROS DOS COMITÊS:** Os seguintes Conselheiros foram eleitos para compor os Comitês que auxiliam o Conselho de Administração da Companhia para o novo mandato que se encerrará juntamente com os seus respectivos mandatos de membros do Conselho de Administração da Companhia:



Ata da 2978 RCA Fil 1/5





Companhia Aberta CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 297º REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TELEFÔNICA BRASIL S.A.

- (i) <u>Comitê de Auditoria e Controle</u>: Sr. Luis Francisco Javier Bastida Ibargüen, espanhol, casado, licenciado em ciências empresariais, portador do Passaporte nº AAH274604, residente e domiciliado em Madrid, Espanha, com endereço comercial em Gran Via, 28 12ª Planta, na Cidade de Madrid, Espanha, 28013, na qualidade de Presidente do Comitê; Sr. Narcís Serra Serra, espanhol, casado, economista, portador do Passaporte nº AAH407154, residente e domiciliado em Barcelona, Espanha, com endereço comercial na Calle Ramon Trias Fargas nº 25-27, Campus de la Ciutadella, na Cidade de Barcelona, Espanha, 08005, e Sr. Antonio Gonçalves de Oliveira, brasileiro, casado, sociólogo, portador da carteira de identidade RG 3.074.227-4, inscrito no CPF/MF sob nº 050.148.678-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-936; na qualidade de membros do Comitê;
- (ii) <u>Comitê de Nomeações, Vencimentos e de Governança Corporativa</u>: Sr. Francisco Javier de Paz Mancho, espanhol, casado, publicitário, portador do Passaporte nº AAC678025, residente e domiciliado em Madrid, Espanha, com endereço comercial na Ronda de la Comunicación, s/nº, Edifício Central A, 1ª Planta, na Cidade de Madrid, Espanha, 28050, na qualidade de Presidente do Comitê; Sr. Amos Genish, israelense, casado, economista, portador do RNE nº V305047-D (CGPI/DIREX/DPF), inscrito no CPF/MF sob o nº 009.194.169-50, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, 32º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-936, e Sr. Luis Francisco Javier Bastida Ibargüen, anteriormente qualificado, na qualidade de membros do Comitê; e





Companhia Aberta CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 297º REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TELEFÔNICA BRASIL S.A.

(iii) Comitê de Qualidade do Serviço e Atenção Comercial: Sr. Antonio Carlos Valente da Silva, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da cédula de identidade CREA RJ nº 31.547-D, inscrito no CPF/MF sob nº 371.560.557-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-936, na qualidade de Presidente do Comitê; Sr. Roberto Oliveira de Lima, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG 4.455.053-4, inscrito no CPF/MF sob nº 860.196.518-00, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-936 e Sra. Sonia Julia Sulzbeck Villalobos, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.417.132-7 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 022.306.678-82, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Estrada Carlos Queiroz Telles, 100, Apto. 101 – CEP 05704-150, na qualidade de membros do Comitê.

4.3. NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO: Foi aprovada a nomeação do Sr. Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade profissional OAB/RS sob o nº 45.479, inscrito no CPF/MF sob o nº 711.936.930-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, 32º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-936, como Secretário-Geral do Conselho de Administração da Companhia, para o novo mandato que se encerrará na data da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no ano de 2019.

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DO 34° SUBDISTRITO CERQUEIRA CESAR
RUA FREI CANECA. 371 - SP - CAPITAL
ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUMHA - OFICIAL
Autentico esta copin reprográfica, extraita nesta uarvenida.
A qual confere com o disinal. Do que d.

Ata da 2977 ROA FI 3/5

LUCIANO PEREIRA ROCHA
RENATO DINIZ REZENDE O FÉGIO NO ARIALDO BRASILO
DANIEL DA SILVA BRAY

TIMO SE NO PALACO
DE NO PALACO

Escreventes Auton

AU10 28 A S 0 1 2 3 0 5 9



Companhia Aberta CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 297º REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TELEFÔNICA BRASIL S.A.

4.4. ELEIÇÃO DA DIRETORIA: Foram reeleitos os membros da Diretoria da Companhia, para novo mandato que tem início nesta data e se encerrará na data da primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária do ano 2019, conforme segue:

- (i) <u>Diretor Presidente</u>: Sr. Amos Genish, acima qualificado;
- (ii) <u>Diretor de Finanças. Recursos Corporativos e de Relações com Investidores:</u> Sr. David Melcon Sanchez-Friera, espanhol, casado, economista, portador do RNE nº G240737-5, inscrito no CPF/MF sob o nº 238.558.708-45, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, 32º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-936; e
- (iii) <u>Secretário Geral e Diretor Jurídico</u>: Sr. **Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira**, acima qualificado.

Os Diretores ora reeleitos informaram que não se encontravam incursos nos impedimentos legais para o exercício dos respectivos cargos e que estavam em condições de firmar a declaração de desimpedimento de que trata o art. 147 da Lei nº 6.404/1976 e a Instrução CVM 367/2002. Os referidos Diretores serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de seus respectivos termos de posse e de desimpedimento, que ficarão arquivados na sede social da Companhia.







Companhia Aberta CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 297º REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata pelo Secretário do Conselho, a qual foi aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes, passando a constar do livro próprio. São Paulo, 10 de junho de 2016. (aa) Eduardo Navarro de Carvalho — Presidente da Reunião; Amos Genish; Ángel Vilá Boix; Antonio Gonçalves de Oliveira; Sonia Julia Sulzbeck Villalobos; Francisco Javier de Paz Mancho; Luis Francisco Javier Bastida Ibargüen; Luiz Fernando Furlan; Narcís Serra Serra; Ramiro Sánchez de Lerín Garcia-Ovies; Roberto Oliveira de Lima e Antonio Carlos Valente da Silva. Secretário do Conselho de Administração: Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata da 297ª reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de junho de 2016, lavrada em livro próprio.

Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira Secretário do Conselho de Administração



OPICIAL DE REGISTRO CAIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 34º SUBDISTRITO CERQUEIRA CERAR RUA FREI CANECA, 371 - SP - CAPITAL ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA COMMA - GEIGIAL Autentido esta objet appropriata, extende nesta sagrafua, Aquel contem out o original Do ous dou 7º -

Ata da 297ª RCA FI 5/5

LUCIANO PEREIRA ROCY COLEGIO NOTA PIALIDO BRASIL RENATO DINIS REZANDE DANIEL DA SILVARRAZ DANIEL DA SILVARRAZ DANIEL DA SILVARRAZ DANIEL DA SILVARRAZ DA LIBERTA DE LA COLEGA DE LA COLEGA DA LIBERTA DE LA COLEGA DA LIBERTA DE LA COLEGA DA LIBERTA DE LA COLEGA DEL COLEGA DE LA COLEGA DEL COLEGA DE LA COLEGA DE LA COLEGA DE LA COLEGA DEL COLEGA DE LA COLEGA DE LA COLEGA DE LA COLEGA DE LA COLEGA

AU1028AS0123061



Companhia Aberta de Capital Autorizado CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5881-4

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Para os efeitos do disposto no § 4º do art. 147 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 367/2002, eu, Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade profissional OAB/RS sob o nº 45.479, inscrito no CPF/MF sob o nº 711.936.930-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, 32º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-936, declaro: (i) não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (ii) não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iii) atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iv) não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e Il do § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76.

São Paulo, 10 de junho de 2016.

OUTUR

Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira





Companhia Aberta de Capital Autorizado CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5881-4

TERMO DE POSSE

Eu, Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade profissional OAB/RS sob o n° 45.479, inscrito no CPF/MF sob o nº 711.936.930-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereco comercial na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, 32º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-936, atendendo à deliberação da 297ª Reunião do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A., sociedade por ações, com sede localizada na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, CEP 04571-936, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.558.157/0001-62 ("Companhia"), realizada no dia 10 de junho do corrente ano, declaro, neste ato, aceitar o cargo de Secretário Geral e Diretor Jurídico, com mandato que se inicia nesta data e se encerrará na data da primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2019, pelo que será lavrado o presente Termo de Posse, para que surta os devidos efeitos legais, ficando assim investido em todos os direitos e obrigações que conferem a Lei e o Estatuto Social da Companhia, e declaro e ratifico, sob as penas da Lei, não me encontrar incurso nos impedimentos legais, inclusive aqueles mencionados no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, para o exercício do cargo para o qual fui eleito.

São Paulo, 10 de junho de 2016.

Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira

OFICIAL DE REGISTRO CML DAS PESSOAS NATURAIS
DO 34° SUBDISTRITO CERQUEIRA CESAR
RUA FREI CARECA, 371 - SP - CAPITAL
ADDLPHO, JOSÉ BASTOS DA CUNHA - OFICIA
Autentico esta cópri reprográfica, extendida resida seguida,
A qual confere corr. o original Do que frar 6.

34° 28 MAR, 2019

LUCIANO PEREIRA ROCHA

RENATO DINIZ REZE CONTRA NOTARIAL
DANIEL DA SILVA BRAZINA SA CONTRA LA CONTRA LA

AU1028AS0123063

Escrever



Companhia Aberta de Capital Autorizado CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5881-4

TERMO DE POSSE

Eu, Amos Genish, israelense, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RNE nº V305047-D (CGPI/DIREX/DPF) e inscrito no CPF/MF sob o nº 009.194.169-50, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, 32º andar, CEP 04571-936, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, atendendo à deliberação da 297ª Reunião do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A., sociedade por ações, com sede localizada na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, CEP 04571-936, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.558.157/0001-62 ("Companhia"), realizada no dia 10 de junho do corrente ano, declaro, neste ato, aceitar o cargo de Diretor Presidente, com mandato que se inicia nesta data e se encerrará na data da primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2019, pelo que será lavrado o presente Termo de Posse, para que surta os devidos efeitos legais, ficando assim investido em todos os direitos e obrigações que conferem a Lei e o Estatuto Social da Companhia, e declaro e ratifico, sob as penas da Lei, não me encontrar incurso nos impedimentos legais, inclusive aqueles mencionados no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, para o exercício do cargo para o qual fui eleito.

São Paulo, 10 de junho de 2016.

Amos Genish





Companhia Aberta de Capital Autorizado CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5881-4

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Para os efeitos do disposto no § 4º do art. 147 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 367/2002, eu, Amos Genish, israelense, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RNE nº V305047-D (CGPI/DIREX/DPF) e inscrito no CPF/MF sob o nº 009.194.169-50, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, 32º andar, CEP 04571-936, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, declaro: (i) não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (ii) não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iii) atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iv) não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76.

São Paulo, 10 de junho de 2016.

Amos Genish





Companhia Aberta de Capital Autorizado CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5881-4

TERMO DE POSSE

Eu, David Melcon Sanchez-Friera, espanhol, casado, economista, portador do RNE nº G240737-5, inscrito no CPF/MF sob o nº 238.558.708-45, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, 32º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-936, atendendo à deliberação da 297ª Reunião do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A., sociedade por ações, com sede localizada na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, CEP 04571-936, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.558.157/0001-62 ("Companhia"), realizada no dia 10 de junho do corrente ano, declaro, neste ato, aceitar o cargo de Diretor de Finanças, Recursos Corporativos e de Relações com Investidores, com mandato que se inicia nesta data e se encerrará na data da primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2019, pelo que será lavrado o presente Termo de Posse, para que surta os devidos efeitos legais, ficando assim investido em todos os direitos e obrigações que conferem a Lei e o Estatuto Social da Companhia, e declaro e ratifico, sob as penas da Lei, não me encontrar incurso nos impedimentos legais, inclusive aqueles mencionados no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, para o exercício do cargo para o qual fui eleito.

São Paulo, 10 de junho de 2016.

David Melcon Sanchez-Friera





Companhia Aberta de Capital Autorizado CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5881-4

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Para os efeitos do disposto no § 4º do art. 147 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 367/2002, eu, David Melcon Sanchez-Friera, espanhol, casado, economista, portador do RNE nº G240737-5, inscrito no CPF/MF sob o nº 238.558.708-45, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, 32º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-936, declaro: (i) não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (ii) não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iii) atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iv) não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3° do artigo 147 da Lei nº 6.404/76.

São Paulo, 10 de junho de 2016.

David Melcon Sanchez-Friera

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NOVAMAS
DO 34° SUBDISTRITO CERCUJERRA ZOAR
RUA FREI CANECA, 31° SP - PUTTAL
ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUNHA TOFICIA
Autentico esta civisi reprogresca, estreida grass atrenta,
Aqual confere con a reportal. Da qua de la confere con a reportal Da qua de la conferencia del conferencia de la conferencia de la conferencia de la conferencia del conferencia de la conferencia de la conferencia del

EM BRANCO





Jagonaa

TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Companhia Aberta CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 344º REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TELEFÔNICA BRASIL S.A.

- 1. DATA, HORA e LOCAL: Aos 12 de dezembro de 2018, às 17:00hs, realizada na sede social da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"), na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, Bairro Cidade Monções, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
- 2. CONVOCAÇÃO e PRESENÇA: Foi realizada convocação na forma do Estatuto Social da Companhia. Presentes os membros do Conselho de Administração da Companhia, que subscrevem esta ata, havendo, portanto, quórum nos termos do Estatuto Social. O conselheiro de administração Sr. Narcís Serra Serra foi representado pelo Presidente do Conselho, Sr. Eduardo Navarro de Carvalho, por delegação de voto. Ainda estava presente o Secretário Geral e Diretor Jurídico, Sr. Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira.
- 3. MESA: Eduardo Navarro de Carvalho Presidente da Reunião e Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira Secretário da Reunião.
- 4. EXPOSIÇÕES E DELIBERAÇÕES:
- 4.1. Foi aprovada a eleição do Sr. Christian Mauad Gebara, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 15.548.716-4 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 203.838.628-50, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, nº 1376, Bairro Cidade Monções, CEP 04571-936, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia, em substituição ao Sr. Eduardo Navarro de Carvalho. O mandato do Diretor Presidente ora eleito se iniciará em 1º de janeiro de 2019, em complementação ao mandato em curso, e se encerrará na data da primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral





Companhia Aberta CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 344ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Ordinária do ano de 2019. O Conselho de Administração também aprovou a indicação do Sr. Christian Mauad Gebara ao cargo de Conselheiro de Administração, que restou vacante desde a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2018. O mandato do conselheiro ora eleito se iniciará em 1º de janeiro de 2019, em complementação ao mandato em curso, e se encerrará na data da próxima Assembleia Geral Ordinária. O Sr. Eduardo Navarro de Carvalho permanecerá como Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Nesta oportunidade, os membros do Conselho de Administração expressaram seus votos de agradecimento ao Sr. Eduardo Navarro de Carvalho pelos relevantes serviços prestados à Companhia no desempenho do referido cargo, desejando contínuo sucesso em seus novos desafios no Grupo Telefônica. Ainda, os conselheiros desejaram votos de sucesso ao Sr. Christian Mauad Gebara para os novos desafios a serem assumidos.

O Diretor Presidente ora eleito informou que não se encontra incurso nos impedimentos legais para o exercício do cargo para o qual foi eleito e que se encontra em condições de firmar a declaração de desimpedimento de que trata o art. 147 da Lei nº 6.404/1976 e a Instrução CVM 367/2002. O Diretor Presidente será investido em seu cargo, em 1º de janeiro de 2019, mediante assinatura do termo de posse e da declaração de desimpedimento que serão firmados na referida data, e arquivados na sede social da Companhia.

Em 1º de janeiro de 2019, o Sr. Christian Mauad Gebara tomará posse ao cargo de Diretor Presidente, de modo que a Diretoria da Companhia passará a ter a seguinte composição a partir da referida data: i) Christian Mauad Gebara, Diretor Presidente; ii)





Companhia Aberta CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4

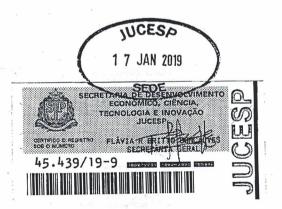
ATA DA 344º REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TELEFÔNICA BRASIL S.A.

David Melcon Sanchez-Friera, Diretor de Finanças e de Relações com Investidores; e iii) Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira, Secretário Geral e Diretor Jurídico.

5. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho de Administração declarou encerrados os trabalhos e lavrou a presente ata. São Paulo, 12 de dezembro de 2018. (aa) Eduardo Navarro de Carvalho - Presidente do Conselho de Administração. Conselheiros: Antonio Carlos Valente da Silva; Antonio Gonçalves de Oliveira; Francisco Javier de Paz Mancho; José María Del Rey Osorio; Julio Esteban Linares Lopez; Luis Miguel Gilpérez López; Luiz Fernando Furlan; Narcís Serra Serra; Roberto Oliveira de Lima e Sonia Julia Sulzbeck Villalobos. Secretário da Reunião: Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira.

Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata da 344ª reunião do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A., realizada em 12 de dezembro de 2018, lavrada em livro próprio

> Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira Secretário







TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5881-4

TERMO DE POSSE

Eu, Christian Mauad Gebara, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 15.548.716-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 203.838.628-50, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, nº 1376, Bairro Cidade Monções, CEP 04571-936, atendendo à deliberação da 344º Reunião do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A., sociedade por ações, com sede localizada na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.558.157/0001-62 ("Companhia"), realizada no dia 12 de dezembro de 2018, declaro, neste ato, aceitar o cargo de Conselheiro de Administração da Telefônica Brasil S.A., com mandato que se inicia nesta data e se encerrará na data da próxima Assembleia Geral Ordinária do ano de 2019, pelo que foi lavrado o presente Termo de Posse, para que surta os devidos efeitos legais, ficando assim investido em todos os direitos e obrigações que conferem a Lei e o Estatuto Social da Companhia, e declaro e ratifico, sob as penas da Lei, não me encontrar incurso nos impedimentos legais, inclusive aqueles mencionados no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, para o exercício do cargo para o qual fui eleito.

São Paulo, 01 de janeiro de 2019.

Christian Mauad Gebara





TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5881-4

TERMO DE POSSE

Eu, Christian Mauad Gebara, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 15.548.716-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 203.838.628-50, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, nº 1376, Bairro Cidade Monções, CEP 04571-936, atendendo à deliberação da 344ª Reunião do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A., sociedade por ações, com sede localizada na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.558.157/0001-62 ("Companhia"), realizada no dia 12 de dezembro de 2018, declaro, neste ato, aceitar o cargo de Diretor Presidente da Telefônica Brasil S.A., com mandato que se inicia nesta data e se encerrará na data da primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária do ano de 2019, pelo que foi lavrado o presente Termo de Posse, para que surta os devidos efeitos legais, ficando assim investido em todos os direitos e obrigações que conferem a Lei e o Estatuto Social da Companhia, e declaro e ratifico, sob as penas da Lei, não me encontrar incurso nos impedimentos legais, inclusive aqueles mencionados no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, para o exercício do cargo para o qual fui eleito.

São Paulo, 01 de janeiro de 2019.

Christian Mauad Gebara

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
DO 34° SUBDISTRITO CERCUEIX
RUA FREI CANECA 371 SP
ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA
Autentico esta cópia reprográfica, extraida 1
A qual confere com o original Do que dou fe

RENATO DINIZ REZENDE JURNO
ECERSON MARQUES CARDOS
LUCIANO PERFERA ROCHA
ESCREVENTES AUtorizados



TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado CNPJ/MF 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5881-4

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Para os efeitos do disposto no § 4º do art. 147 da Lei nº 6.404/76, eu, Christian Mauad Gebara, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 15.548.716-4 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 203.838.628-50, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, nº 1376, Bairro Cidade Monções, CEP 04571-936, declaro, sob as penas da Lei: (i) não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (ii) não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iii) atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; e (iv) não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76.

São Paulo, 01 de janeiro de 2019.

Christian Mauad Gebara

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 34* SUBDISTRITO CERQUEIRA CESAR RUA FREI CANECA 371 SP CAPITAL ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUMPA OFICIAL Aventoco esta oppa repropriée extradrines serventia. A qual confere com o original Do que de la confere con o original Do que de la confere con original Do que de la confere con o original Do que de la confere con o original Do que de la confere con o original Do que de la co

AGV HOIGING S.A.

CNPJIMF 09.347/56/0001-22 - NIHE 35.00.363.221

Ata da AGOE realizada em 07 da Março de 2015

Data, Hora e Local: Aou 07/007/61, and Março de 2015

Data, Hora e Local: Aou 07/007/61, and Março de 2015

Data (Local: Aou 07/007/61, and 10 data (Local) and de AGV Holding S.A. (Local) and 10 data (Local) and 10

CNPJ n° 03.344.731,0001-42 - NIRE 35300172825
Ata da Assembleis Geral Ordinária em 2904/2016
Data: 2904/2015 às 11130. Local: Seda social em 380 Paulo/SP.
Presença: Totalidade dos acionistas. Mesa: Presidente: Marcello
Zordroso Mendonaça de Barros. Secretatiro: Norborto Lanzara Giangrande
Junior. Ordem do Día e Deliberações: Após os esclarecimentos de que
as demonstrações (inanceiras realtavas ao exercició indice em 31/1/2015
haviam sido publicados no DOESP em 21/04/2015 en Dolário Comercial
nos días 21 à 25/04/2016, os acionistas; por unanimidade e sem
quaisquer restrições deliberaram: 1. Aprovar, sem ressalvas, as
demonstrações inanceiras referentes ao exercicio Indice em 31/1/2015
a 0.2 Em cumprimento ao que determina o \$ único do artigo 169 da Lai r
6.404/76, o prejuízo no montante de, R\$25/221-1,6,5 de de sem
exercicio findo em 31/1/2015, foi abos es o órgão de imprensa privada,
para divulgação das publicades legals. São Paulo, 29/04/2016. Extrato da
sta. JUCESP n° 20.02 12/16-5 em 31/05/2016, Faix a R. Britto Gonçalves
-Secretária Gerat. - Secretária Geral

Libraport Campinas S.A.

CNPUMP Nº 03.795.470001-45. NIRE 35.300.372.301)
Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas, cumulativamente, em 23 de fevereiro de 2016.
1. Data, Hore e Locat: Em 23 de levereiro de 2016, às 11 horas, resede da Libraport Campinas S.A. ("Companhia"), localizada na cidade 6 são Paulo, Estado de São Paulo, na Avendia Presidente Juscelino Kubilschek, 1455, 169 andar, CEP 04543-011, 2. Convocação e Nuclischek, 1455, 169 andar, CEP 04543-011, 2. Convocação e Nubitschek, 1455, 16ª andra CEP 0454, 34º da Lori da Sciedades por Presença: Dispensada a convocação prévia, de acordo com o artigo 124, 54º da Lori nº 6,404/76, conforma abrerad (*Lei das Sciedades por Acôess*), em razão da presença dos Acionsias representando a totalidade do capital social da Companta of Presidente Roberto Toller; Secretário: José Altredo de Freirias. 4. Ordem do netro de la totalidade do capital social da Companta o Presidente Roberto Toller; Secretário: José Altredo de Freirias. 4. Ordem do netro de la compania de votos e sem quaisquer restrictionado de la compania de la compani

La Rondine Armazém Geral Ltda.

La Rondine Armazém Geral Ltda.

CNPJ 04.167.366/0001-00 - NIRE 3521659207-0

Comunica alteração de endereço para Av.

Comunica alteração de endereço para Av.

Comunica alteração de endereço para Av.

Distrito Industrial, Jundial — Estado de São Paulo, CEP 13.213-008, conforme memorial descritivo: CAPITAL: RS 393.300.00 integralizados.

CAPACIDADE: A área de armazenagem do galpão é de 1.118.43 m² e 10.304.70 m². COMODIDADE: A unidade armazenadora apresenta condições satisfatórias no que se refere à estabilida-de estrutural e funcional, com condições de uso imediado s.SEGURANACA: de acordo com as normas técnicas do armazém, consoante a quantidade e a natureza das mercadorias, bem como com os serviços propustas no regulamento interno e aprovados pelo profesional no laudo identico. NATUREZA E DISCRIMINAÇÃO DAS MERCADORIAS: o armazêm processo de nacionalização pelos deposições de SERVIÇOS A QUE SE ANTES A DESTRIMINAÇÃO DAS MERCADORIAS: o armazêm processo de nacionalização pelos deposições de SERVIÇOS A QUE SE ARMAS A QUE A DESTRIMINAÇÃO DAS MERCADORIAS: o armazêm processo de nacionalização pelos deposições de SERVIÇOS A QUE SE ARMAS A PROPERS de LA RONDINE ARMAZÊM GERAL. LITAL José Henrique de Oliveira e Dismas Rogério de Oliveira e Dismas Rogério

Telefonica

vivo

TELEFÔNICA BRASIL S.A.

TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJANF O 2583 157001-12- NIBE 35.3 001.5881-4
ATA DA 47* ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
REALIZADA EM 80 BO BUJULHO DE 2016
1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 08 de julho de 2016,
is 11h00, na sede social da Telefônica Brasil S.A. (Telefônica)
1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 08 de julho de 2016,
is 11h00, na sede social da Telefônica Brasil S.A. (Telefônica)
1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 08 de julho de 2016,
is 11h00, na sede social da Telefônica Brasil S.A. (Telefônica)
1. Respectivamente de São Paulo, Estado de São Paulo,
1. Respectivamente e, no jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 29, 24 e 25 de junho de 2016, páginas 35, 21 e
12. respectivamente e, no jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 29, 24 e 25/26/27 de junho de 2016, páginas 311, 57 e 98,
respectivamente. 3. PRIESENÇAS: Compareceram os acionistas representando mais de 94% das ações cordináras, conforme registros e assinaturas que constam no Livro de Presença de Aclonistas do n° 005, folha 04 frente e verso, verificando-se o quorum logal para instalação desta Assembleia e de deliberação das matérias constantes do Ordem do Día. Registrada, anda, a presença do Sr. Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira, Secretário Geral e Diretor Jurídico. 4. COMPOSIÇÃO DA MESA: Carolina Simões CardosoPresidente e Pablo Andrez Pinheiro Gubert - Secretário. 5. ORDEM DO DÍA: (a) Aprovar a proposta de modificação do Estatuto Social da Companhia, com a consequente alteração do atrigo 14, de forma a excluir a exigência de que so membros do Conselho de Administração sejam acionistas da Companhia, bem como dos artigos 20 e 23 para adequar a denominação do cargo de Diretor de Finanças e de Relações com investidores; e (b) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, conciderando da afterações caima propostas. 6. DELIBERAÇÕES: Após exame e discussão acerca dos tiens constantes da conseiho de Administração seriam serios constantes da companhia para modifica-lo no tocantra computados neste número o membro eleito pelos acionistas titulares de ações pretenencias números do disposto no paragrado (nince do arigo 8 deste Estatuto a o membro eleito pelos ninontários, se for o caso. (...)* (II) Artigo 20 (ceput) e Artigo existação que e irrimado pela Presidente e pelo Secretário da presente Assembleia, o qual é parte integrante desta ata como seu Anexo A. Indica quantas aprovações, rejeições e abstenções cada deliberação recebeu. 8. ENCERRAMENTO: Esgotada a ordem do dia, a tat foi ida, aprovada e assinada, ficando cientee os acionistas a seus respectivos representantes da sua lavariura em forma de sumário dos fatos coorridos, nos termos facultados pelo artigo 130, § 1º da Lei das S. A. Ficou consignado, ainda, que (i) conflorme faculta o § 2º do artigo 130, da Lei das S.A. A, a publicação da ata será feita com omassão da assinatura dos acionistas; e (i) as manifestações de voto foram recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa, ficando arquivadas na sede da Companhia, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das S.A. São Paulo, 08 de julho de 2016, (aa) Carolina Simões Cardoso- Presidente da Assembleia; Pablo Andrez Pinheiro Gubert-Secretário da Assembleia; Breno Rodrigo Pacheco de Otiveira, Secretário Gord e Diretor Jurídioo. Cortificamos que a presente é copia fiel da sta da 4º Assembleia Pablo Andrez Pinheiro Gubert-Secretário de 2016; lavada de am livro proprio e registrada porante a Junta Comercial de São Paulo sob o nº 343,851/16-7 de 29/07/2016.

Libraport Campinas S.A.

CNPJMF nº 03.795.647/0001-45 - NIRE 35.300.372.301

Ata de Reunião de Diretoria realizada em 28 de julho de 2016.

I. Data, Mora e Local: Em 28 de julho de 2016, ás 11h00, na sede da Libraport Campinas S.A. ("Companhia"), na Avenida Presidente Juscelino Kubistonke, nº 1455, 16º andra, CEP 00454-3011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, 2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros da Diretoria da Companhia. 3. Mesa: Presidente: Sedestuto Pernando da Costa Furquim e Secretário: José Alfredo de Freitas. 4. Ordem do Dia e Deliberações: Os membros da Diretoria presentes deliberaram e, por unanimidade de voincio, aprovaram, nos tamos do a pres "Deliberaram e, por unanimidade de voincio, aprovaram, nos tamos do a pres "Deliberaram e, por unanimidade de voincio, aprovaram, nos tamos do a pres "Deliberaram e, por unanimidade de voincio, aprovaram, nos tamos do a pres "Deliberaram e, por unanimidade de voincio, aprovaram, nos tamos do a pres "Deliberaram e, por unanimidade de voincio, aprovaram, nos tamos do a pres "Deliberaram e, por unanimidade de voincio, aprovaram, nos tamos do a pres "Deliberaram e, por unanimidade de voincio, aprovaram de presente deliberaram e, por unanimidade de voincio, aprovaram de presente deliberaram e, por unanimidade de voincio, aprovaram de presente deliberaram e, por unanimidade de voincio, aprovaram de presente deliberaram e, por unanimidade de voincio, aprovaram de presente deliberaram e, por unanimidade de voincio, aprovaram de presente deliberaram e, por unanimidade de voincio, aprovaram de presente deliberaram de presente deliberaram de presente deliberaram de presente deliberaram delibe

Bradar Indústria S.A.

Bradar Indústria S.A.

CNPJMR*, 02.607,737/0001-46 - NIRE 35.300.412.915

Ata de Assembloia Geral Ordinária realizada em 20 de maio de 2016, Data, Hora e Local: Aos vinte dias do més de maio de 2016, as dez horas, na sede social da Bradar Indústria S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Shishima Hiffurii nº 2911, Modulo 1018 e 0018, Urbanovo, CEP 12244-000. Convocação e Presenças: Dispensada a convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lin nº 6.40476 ("Clui das Sociedades por Ações"), em virtude da presença da totalidade dos acionistas da Companhia. Composição da Mesa: Presidente: Jackson Medieros de Farias Schneider; Secretário: Ro Yung Jia; Ordem do Dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; 2. Eleger os membros do Conselho de Administrações na ordem do 2015; 2. Eleger os membros do Conselho de Administrações na ordem do dia, visto que foram recebidos antecipadamente por todos os acionistas. Publicações: Informar que o Balanço Patrimonal de 31 de dezembro de 2015 foi publicado, em 04 de maio de 2016, nos seguintes jornais; (i) Diano de São Paulo, nas palginas 28, 29 e 30; e (s) Diaio foi Cidel Empresarial, nas páginas 17, 18, 19 e 20. Deliberações: Apos letura, análise e discussão, os acionistas deliberaram, por unaminidade: 1, Aprovar por unaminidade: das ações cujos votos foram manifestados com abstenção dos legalmente impedidos, as contas da administração e as demonstrações financeiras conforme documentos anexos, referentes ao exercício social de 31.22015, endo que foi registrado no exercício social encerado em 31.12.2015, endo que foi registrado no exercício social en escasenta e nove centavos), sendo e mesemo incorporado aco prejuízo de Resando de Gan Paulo, estado de São Paulo, a Avenda Presidente Juscellor Nútriados dos exercícios social de 31.12.2016, os Srs: (i) Jackson Medeiros de Farias Schneider, consola, o Com

Maxcasa XVI

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.
Companhia Fechada
CNPJMF Nº 45.083.219/0001-30 - NIRE 35.00.055.357

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 4º Emissão de Debentures Simples, não Conversiveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Unica, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

I. Data, Hora e Local: As 10 horas, do dia 14 de julho de 2016, na sede de Emissora localizada na Rua Deputado Vicente Penido, nº 255, Vila Maria, Clidade e Estado de São Paulo. Il, Presença: Debenturias representando 100% (cem por cento) das Debentures a "sepecialmente" a Penido Participações e Empreendimentos S.A. (Emissora"). Presentes, anida, o ispresentante de Emissora, e os representantes de Sansa Penido Participações e Empreendimentos S.A. (Emissora"). Presentes, anida, o ispresentante de Emissora, e os representantes de Capente fiduciárió, a pladora Serveng Civilsan S.A. (Agentre Fiduciárió), a Pracisiona, o S.A. (Agentre Fiduciárió), a Pracisiona de Agentre Fiduciário, a Pracisiona de A Emissora - Soares Penido Participações e Empreendimentos Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF nº 11.289.590/0001-30 - NIRE 35.300.445.121

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJMF n° 11.288.590/0001-30 - NIRE 33.304.451.211

Edital de Convocação aos Debenturistas da 1º (Primeira)
Emissão de Debentures da Renova Edica Participações S.A.
Cancalamente e Convocação: Assembleia Geral de Debenturistas da 1º Emissão de Debentures da Renova Edica Participações S.A. A Emissora (conforme definida a seguir) comunica aos senhores titulares das 1º Emissão de Debentures da Renova Edica Participações S.A. A Emissora (conforme definida a seguir) comunica aos senhores titulares das Debêntures de sua 1º (Primeira) Emissão de Debentures simples. Não Conversiveis em Ações, de Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, Cancelamento de Assembleia Geral de Debenturistas que será realizada no da 60 de setembro de 2016. As 10 horas, na sede da Emissora, para deliberar sobre a Ordem do Dia. conforme publicada nos jornais Diário Oficial de Estado de São Paulo e Diário do Comércio, Indústria e Serviços, nos dias 66, 09 e 10 de agosto de 2016. Convocação: Nos termos da Cilculai de Estado de São Paulo e Diário do Comércio, Indústria e Serviços, nos dias 66, 09 e 10 de agosto de 2016. Convocação: Nos termos da Cilculai de Zel do Inturiento Particular de Escritura da 1º (Primeira) Emissão de Debêntures Simples. Não Conversiveis em Ações, de Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejusoria, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Renova Selica Participações S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Para de Vila CESEP? Sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Estado de São Paulo (Primeira) Estado de São Paulo (P

NIRE nº 35.300.322.746

Companhia Aberta Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária Ficam convidados os senhores acionistas da Arteris SA. ("Companhia Nou "Arteris") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 14 de setembro de 2016, às 1200 horas, na sede da Companhia, no Municipio de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente du Juscelino de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente du Juscelino (Valbatchek, 1"1.455, 9" andar. Vila Nova Conceição, a fina dio Juscelino (Valbatchek, 1"1.455, 9" andar. Vila Nova Conceição, a fina dio Juscelino (Valbatchek, 1"1.455, 9" andar. Vila Nova Conceição, a fina de Juscelino de cancelamento, nos termos do artigo 4", 5" de Lei das S.A., das ações de emissão da Companhia que remansearam em circulação do no mercado apos o leitão da olerta pública para aquilispido da eta a totalidado das ações ordinárias em circulação da Companhia para fina de cancelamento de seu registo como emissora de valacimente asida do Novo Mercado de seu registo como emissora de valacimente asida do Novo Mercado de seu registo como emissora de valacimente de seu registo de cardio de 2016, polo mesmo preo por ação pago no ámbito de 2016, polo mesmo preo por ação pago no ámbito de 2016, polo mesmo preo por ação pago no ámbito de 2016, polo mesmo preo por ação pago no ámbito de 2016, polo de 2016, polo mesmo para por ação pago no ámbito de 2016, polo de 2016, polo mesmo de Cardiaci, (i) aumento de 2016, polo mesmo de capata de 2016, polo mesmo de capata de 2016, polo de 2016,

Empresa de Ónibus
Pássaro Marron S.A.

CNPJMF: 61.563.557/0001-25 - NIRE: 35300037057

Ata de Assembibles Geral Extraordinária realizada em 25/07/2016.

1. Data, Hora e Local: 2507/2016, as 10 horas, na sede sociedade, estabelecida na cidade de São Paulo - SP. na Rua Joaquím Mendes, nº 207. Estabelecida na cidade de São Paulo - SP. na Rua Joaquím Mendes, nº 207. Estabelecida na cidade de São Paulo - SP. na Rua Joaquím Mendes, nº 207. Estabelecida na cidade de Falricipações 3/A, sociedade anômia, estabelecida na cidade de Participações 3/A, sociedade anômia, estabelecida na cidade de Participações 3/A, sociedade anômia, estabelecida na cidade de Participações 3/A, sociedade anômia, estabelecida na cidade de São Paulo, 8 Rua Capitão (Alberto Mendes Jurior, no 58, Jardim Morshita, NIRE 35300327951.

CNJ nº 76, 467.224(00077), neste año, representada por seus directores Paulo Sérgio Bongiovanni, RG nº 8.411.120-3 SSP/SP. CPF/MF nº 05.1051.746-8 de Ocmar Miguel DI Colla, RG nº 10.2881.290-3 SSP/SP.

CPF/MF nº 05.2015.298-49 e (b) Comporte Participações 3/A, sociedade anômia, com sede na cidade de São Bernardo de Campo, Estade de São Paulo, à Avenida dom Jaime de Barros Câmara, nº 300, Sala 9, Baino Piananto, NIRE 3500171293, CNPJ nº 05.169-7260001-76, neste ato, representada por seu diretor-presidente, Paulo Sérgio Coelho, RG nº 72.521-839, pola de Soura França, RG nº 37.521-897-3 SSP/SP. CPF/MF nº 4-2, 397-288-64, cpp-Rm²-nº 10.5232-95-53; e pela diretora, Maria Salado Sal

CONTROL LIAO DE NOTAS S. PAULO
DE DE LAO DE NOTAS S. PAULO
LA CARROLLE DE LA CARROLLE DE LA CARROLLE DE SINO RESSUREIRO - Tabelliao Interino
LA CARROLLE DE LA CARROLLE DEL CARROLLE DE LA CARROLLE DEL CARROLLE DE LA C

2/8 MAR 2019

HS, 192 L. 23/24 - Tel (11) 3128-8600

SELOS POR VERBA

productions of the state of the sente cópia Repregráfica conforme o origina



AVISO DE LICITAÇÃO

egilio Eletrônico nº 079/7066-2016 do por meio de alsterne eletrônico, pole internet, oro Data Feeder, no modelo de Saadi, Processo nº para o Preglio: elle ne 23/096 de 02 2007/2016, Ho gold de di 01/02/21/81, Data e horátio do modeliment Obsportibilização do destina e informações no sercice plogor 18/gicenta gordor, form; (61) 3448-6748.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

DECLARAÇÃO DE PROPOSITU

DECLARAÇÃO DE PROPOSITU

INITIAL INIT



AES Tietê

AESTIETÊ ENERGIA S.A.

CNP3 NOR 5. N. N. S. SECTION 1. S. SECTION 1 mill. Cit 2014. 1. Data. Notembre y some an activate de Pisca Johnson. Can Peter an impresent, statute de Coloren S. Colo

.... H... kar eli ka

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participaçõe

CRP of 91.929-340001-22 - NRIE 23.30.053.500

Atta Suméria de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14.1.2015

Cartido - Secretaria de Dessonividante Esconânco, Cância, Tacrologá e Isovação
JUCESP - Certido o registro sob nº 295.56915-3, em 6.7.2016. sì Păiva R. Britto Gonçalea

Esconárso Geral.

CAIXA

MINISTÉRIO DA FAZENDA



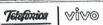
PREGÃO ELETRÓNICO 087/7066-2016

sent malizando por meio de sistama eletrodro, pele internet. Cole para o fornocimento de PORMULARIOS PLANDES ELATOS, vin de CAUXO, que interdente na ordicade se el métalos reclorada, por ses el tradicio de Recolámento de PORGANIO, el medio de Sea el tradicio de Recolámento des Propostas: else el 10th del 62 Recolámento del Lances des 41 fel el 161, del 38 2872016 del ciniza gouto, sossaer o letro Comerso CAUXO, es des Podes F lass. Centarios (poder refigeras que la comercia del 1910 del 2012).

BY HOCHTIEF DO BRASIL S.A.

CNPJ of 81 037 5370001-10 - NPES of 93500038436

ATA DA ASSENBLEIA GERAL OPDBLARIA
and on this is abid to 2016, as 9000 froze, no seeds accid on Avenidacompressed to Department as publicacide de data de monanção no



TELEFÓNICA BRASIL S.A.

CRIO/RE 03.53 P. 200 P. 200

This I SEWAU

BANK DESAULTIME STATE OF THE ST

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL - DEAM

O .

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 594/2016 SRF

PROTOCOLO N° 14.995.1374

OSLITO: SRP – guidaţilo de MEDIÇAMENTOS
AUTORIZADO Pelo Exmo. Sr. Secretário de Esta
Pravidencia em 120/7/2015

METERESADOS: SESA/DEMP, CMP/DEPEN/SESP
ABERTURA: 01 de Agosto de 2016 as 9.30 hores
LOCAL DA DISPUTA e EDITAL "uniciliatores acon
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: www.compre

CAIXA

MINISTÉRIO DA



AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Concomência CPU/GILCO/GRR Edital nº. 1864/7066-2016

Processe, 7066.01.1864.02016. Oligina contratação és Sociedades de Adva regulamente constituídes, para praestação de serviços juridios de naturea contest no arbibo de competica de saturação de serviços juridios de naturea contest no arbibo de competica de saturação de Juridios Rejoulos de Brastilla. A lessão recebimento dos envelopes a sebertur dos serviçosas do Documentação aerá às 10 diguidos. Colsa de odar la internaria, o aita de Dúcil, vive acidas goulve, público, Protes de Competa, Lústiquidos Instalarca forma de de Competa, Lústiquidos Instalarca forma de Seles a Gibba, in Seles 10 de 20, Ass Notes, CEP 70.105-0.0 DC, des 10 às 16h. Outres informações palo endereço seletórnico: glicopti Sistiadades.

AUTOGAR AND SEA 93 COLLGIO NOTARIALIDO BRÁSIL

201



HOUNTESCIEVE O UNGINE

MAR 2019



9-61/098.881.0 JUCESP PROTOCOLO



Planos

Grupo Bractecco Seguros

Charles Se Nos excedentes NRES SEGUROS

Ala Sumária da Assembleia Geral Extraordinária

carán, from e Laciar de file (12,2018)

Carán, from e Carán de file (12,2018)

Carán d o e que são selectoras, no mesmo biro, as as, as, Presidente Antonio Jose da Berbata, rea: Certado Secretaria de Desensolvimento formologia e hoverado di JUESP Certado o A 88,919 4, em 9,1,2018 at Flávia P. Brito

Companhia Agricola Quatá

Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo -FECOMERCIÁRIOS

Diario Oficial Empresarial

Comércio do Estado de São Paulo - FECOMERCIA (1981).

ENTRE O MERCIA PLOS DE LA CARRESTRO DE CHAPA FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DO ESTADO DE EDITAL DE REGISTRO DE CHAPA FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DO ESTADO DE SADO PALO. FECOMERCIÁNIOS, CNP. 26. 168 43.10001-27. redicide sindicial de 2º gras, situada na rua dos Pinheiros, nº 20. Pinheiros, São Paulo-SR pois presente Edital e nos termos do artigo 199, período Sindicial de 2º gras, situada na rua dos Pinheiros, nº 20. Pinheiros, São Paulo-SR pois presente Edital e nos termos do artigo 199, período Sindicia de 199 de 19 CULA JOACEPRO, BENONE CARRELO BATISTA, ICINATORIO DE CULA JOACEPRO, BENONE CARRELO DOS SANTOS SIDUADADA MADRICIO DE PONTES, JOSE CARRELO DOS SANTOS SIDUADADA ELEVADA COSTA CONSELHO PESCAL EFETUDOS JOSE DE PAREA SERVICIO DANACE SIRVES DE PORTE DE CARRELO DANACE SIDUADADA DE CONTROLO DE CONTROLO DE CONTROLO DE LA MANTA AMARIENA AL CEL TUDORIOLES SIRCOS DEL EGAÇÃO COMPEDERATIVA DE TRANSPERSO AL COLTUDO DE LOS MOTTA DIMÁNICA RECONTROLO DE LOS MOTTA DE MADICA PROPRIADA DE LA MANTA DANACISA DE LA CARRES DEVINSIONO DE LOS MOTOS CONTROLO DE PROPRIADA DE LOS CARRES DEVINSIONO DE LOS DEVENTAS DE LOS DEL DE LOS DE LOS DE LOS DE LOS DE LOS DE LOS DEL DE LOS DE LOS D ACMA SOS SANTOS, MARTO AUGUSTO LARRETH PARA ACMARDO AUGUSTO LARRETH PARA DEL PARA DE

DOS PRATICOS DE FARMACIA - SUPLENTES ANA PALLA CO

Henrique & Henrique Administração de Bens Ltda.

CNPUME DA 355.674/0001-60 - NIRE: 35.219.810.034 Ata de Reunião de Sócios realizada em 28 de janeiro de 2019 Hora e Local: 28/01/2019, as 10h, na sede social da Sociadade

Telefonica

TELEFÔNICA BRASIL S.A.

TELEFÓNICA BRASIL S.A.

COPROMINIS ABARTA

COPROMINIS ABARTA

COPROMINIS ABARTA

COPROMINIS ABARTA

COPROMINIS ABARTA

COPROMINIS TRAÇÃO DA CELEFÓNICA BAS 30 O (SIBIT-14

ATA DA 344* FREUNIÃO DO CONSELHO DE

ATAMINISTRAÇÃO DA TELEFÓNICA BASIL S.A.

1. DATA, HORA e L.DCALL Aos 12 do dezemblo de 2019, ao 17:00/bis, realizada na sedes social da Telefónica Brasil S.A. ("Combarrilla"). In a Avenica Engenérale (Luc Carlou Berlin), 1376, Bairro Cidado Alvoções, compositore de 1900 plub, Estado de São Paula, C. Combonação, 2. COMVOCAÇÃO e Codo de CBIO Paula, Estado de São Paula, E. COMVOCAÇÃO e COMPOSITORE DE COMPOSITORE



Bradesco Seguros S.A.

Grupo Bradesco Seguros CNPJ e³ 33 995, 1480001-33 — NRE: 35.300 329 991 Ata da Reunião da Diretoria realizada em 31.12.2018

- Fundação Butantan

Fundação Butantan
CNPLOS 189 449/900-561
Preçais CONTRA DE RETIFICAÇÃO
Precessos: 001.0708.002.599/9018. Eduta M. 050/2018. Modalidade/
Preçais Eletrônico: Considerarido que hoive secerceja na publicação de
promologação de o Pregaio Eletrônico er 650/2019, publicadas em OCU de
11/01/2019, referente o valor da contrasação, faz as necessário a segúnta
11/01/2019, referente o valor da contrasação, faz as necessário a segúnta
11/01/2019, referente o valor da contrasação, faz as necessário a segúnta
11/01/2019, referente de SEA DUDICADO o tem 61.9 PRESTAÇÃO DE
SEPUNDOS PERIA CEALIZAÇÃO DE EVENTO DE DIFUSÃO CIENTÍFICA PLATOR
E APOID TECNICIO OPERACIONAL, a lavor de comprejo produce
ESTRUTURAS EIRELI no valor total de RS 380 665, 90 (trazaridado de unitario
11/01/2019). PERIA COM FORMADO DE SINTAÇÃO DE SINTAÇÃO DE SINTAÇÃO DE EVENTO DE DIFUSÃO CIENTÍFICA NO PRIMADO DE
ERIAL COM FORMADIMENTO DE INFRASTRUTURAS OFICIAL DE
ESTADULAS DE EVENTO DE DIFUSÃO CIENTÍFICA NO PRIMADO DE
ESTADULAS CONTRADOR DE
ESTADULAS DE SINTA DE
ESTADULAS DE ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE
ESTADULAS DE









TREEFONCA BRASIL S.A.

TOTAL OF ASSISTANCE AS A LIGHT ACT TOTAL CONTROL OF ASSISTANCE AS A LIGHT ACT TO TOTAL CONT

Estrela Energia S.A.

CNPLIMF #*10.172.915:0001:38 - NINE: 35:00.302.971

Ata da Assembleia Geral Extraordinaira selazida denti 7.1

Ata da Assembleia Geral Extraordinaira selazida denti 7.1

Ata da Assembleia Geral Extraordinaira selazida denti 7.1

1. Data, Hora e Locai: Realizada en 19.10/2018 and 19.05 Conjuno Social da Companha isocalizada en 19.10/2018, na sele social da Companha isocalizada en 19.10/2018, na sele social da Companha isocalizada en 19.10/2018, na sele senças: Dispensada a 19.10/2018 and 19.05 Conjuno 19.10/2018 and 1

AYURVEDA do Brasil

Distribuição e Comercialização S.A.

CNP3: 26.538.2210001-03. NRIE: 35.304.388.90-9

ASSEMBLEIA GERAL EXTRACRIDINÁRIA

IEDITALIDE CONVOCAÇÃO: Fleatin convocados os 51s. acionatas da Companhia para sa recurient em Assembleia Geral Extraordinária no dia 9 de degemplo é 2018. di 31.00 horar na Rus Alcahrar Machado, mº 611, sala 22. Bras. São Paulo. CEP 03101-000, para deliborar sobre a segurite orden do ostá (i) renuncia elou destinução de Conselheiros de Administração. (ii) fixação do infiento de umelhora do conselho de administração. (ii) dispação de methos do cuselho de administração. Os documentos as conselho de administração. Os documentos as materias constantes da orden or qui a sestarão de deportiveis ra sede da Conselheia de Administração.

Smartfit Escola de Ginástica

CNPAMF nº 07 594.9780001.78 - NIFE 3.900.477.570

Edital de Segunda Convocação - Assemblea Cerel Estracadinária
Ficam convocados a senhora saconidas de la artificación de Ginástica
e Danga S. A. ("Combabilitation de la artificación de Ginástica e Danga S. A. ("Combabilitation de la artificación de Ginástica e Danga S. A. ("Combabilitation de la artificación de Ginástica e Danga S. A. ("Combabilitation de la artificación de Ginástica e Danga S. A. ("Combabilitation de la artificación de Ginástica e Danga S. A. ("Combabilitation de la artificación de Ginásticación de Capación de la capa

A Lorene Ribeirão Comércio de Sucatas LTDA - ME, torna público que solicitou junto à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, através do Processo nº 02 2013 046009 1. a renovação Licença Prévia, de Instalação de Operação para a atividade de Comercinização de Sucata e Metais, INOX. Material Eletrônico. Telefonia e Congâneres na Praça "Tonico Sad, 592, Parque Industrial Tanquinho, no Municipio de Ribeirão Preto - SP.

Comercialização de Energia S.A.

Comercialização de Energia S.A.

CNPJ 13 3946 46/0001-05 - NIRE 35 300 395 7-43

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os Aconistas convocados para, na forma do seu estatuto social, reunirem-se em AGE a ser realizada no na 1/1/21/8, as 14 nem 1/20 aconistas convocados para, na forma do seu estatuto social, de a sis 14.30 in em 2º chamado, na aedo da accionata Deregia Eletrica Lida.

Ficam os Aconistas Convocados, na aedo da accionata Deregia Contradada da e sis 14.30 in em 2º chamado, na aedo da accionata Deregia Contradada da e sis 14.30 in em 2º chamado, na aedo da accionata Deregia Contradada da e sis 14.30 in em 2º chamado, na aedo da accionata Deregia Conspanhia para a Avenida São Gabriel 477 - 2º arciar, Itaim, 59/59/50 com consequente aberação do artigo 2º do Estatuto Social (10/4 Austização do valor do capital social dobe dos 18.40 in em 2º chamado do da capital social dobe dos sumentos do capital social dobe dos 18.40 in em 2º chamado dos aumentos do capital social dobe dos 18.40 in em 2º chamado dos aumentos do capital social dobe dos 18.40 in em 2º chamado dos aumentos do capital social dobe dos 18.40 in em 2º chamado dos aumentos do capital social dobe dos 18.40 in em 2º chamado dos 18.40 in em 2º chamado

Tabellao De NOTAD - S PACO Educido do Sino Resoucito - Tabello Inicino Av. SAO LUIS, 1971. 2974 - Tei (11) 9120-1800 S PANO 2 8 MAR 2019 STIDS R\$ 3,60 OF SCIENCE OF SCIENCE



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br terça-feira. 4 de dezembro de 2018 às 01:30:31



